

Volume 12, nº 01
Junho, 2022
ISSN 2178-2768

propagare

CENTRO
UNIVERSITÁRIO 
CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

EXPEDIENTE

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
Publicação Semestral

Indexadores

latindex



2

PRESIDENTE DA MANTENEDORA
Professor Wilson Ramos Filho

SUPERINTENDENTE DAS COLIGADAS UB
Professor Edson Aires da Silva

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

REITORIA
Professor Edson Aires da Silva

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
Professora Patrícia Melhem Rosas

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Professor Ayres Siqueira Silva

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO
Professora Moana Rodrigues França

EDITOR CHEFE
Professor Atilio A. Matozzo

COMISSÃO EDITORIAL CIENTÍFICA

Dra. Aline José Maia, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
Dra. Aline Vanessa Sauer, Universidade Pitágoras (UNOPAR)
Dr. André Luiz Klein - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
Dr. Andrey Portela – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Argos Gumbowsky – Universidade do Contestado (UnC)
Dr. Cândido Simões Pires Neto – Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Carlos Roney Armanini Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
Dr. Clémerson Merlin Clève – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Dra. Daniela Ota Hisayasu Suzuki – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Dra. Dulce Cassol Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
Dra. Elisa Adriano – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Dra. Eloete Camilli Oliveira – Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)

Dr. João Vitor Passuello Smaniotto – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Ledo Paulo Guimarães Santos - Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL)
Dra. Luciana Pelegrini - Centro Universitário Campo Real
Dra. Maria Luiza Milani – Universidade do Contestado (UnC)
Dr. Phillip Gil França - Escola da Magistratura do Paraná (EMAP)
Dr. Wilson Ramos Filho – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

REVISORES CIENTÍFICOS AD HOC

Dra. Gheniffer Fornari Me. Isabela Volski
Me. João Frederico Musial
Me. Luiz Eduardo Horst
Dr. Rudy Heitor Rosas
Me. Sandro Mazurechen
Dra. Simone Carla Benincá

REVISÃO E ORGANIZAÇÃO

Prof. Atílio A. Matozzo

CAPA

Setor de Marketing Centro Universitário Campo Real

SUMÁRIO

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS PROVENIENTE DOS FATORES PSICOSSOCIAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO E A GESTÃO DO CONHECIMENTO	5
A UTILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO CONTÁBIL COMO BASE PARA O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO EM UM ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA	20
PANDEMIA, CATÁSTROFE E A CLÍNICA COM CRIANÇAS	39
“TODO DIA A GENTE NÃO SABE COMO VAI EMBORA”: PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE AGENTES SOCIOEDUCADORES	55
SISTEMA CONTÁBIL ORÇAMENTÁRIO: UMA REFLEXÃO SOBRE O REGIME DE CAIXA E O REGIME DE COMPETÊNCIA PRATICADO NA CONTABILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL	73

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS PROVENIENTE DOS FATORES PSICOSSOCIAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO E A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Flávio Rafael Cardoso
Reinaldo Repinasi dos Santos
Jhainieiry Cordeiro Famelli Ferret
Leticia Fleig Dal Forno

5

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo evidenciar a importância da Avaliação Psicológica aliada à Gestão do Conhecimento no trato preventivo da saúde laboral dos indivíduos considerando os fatores psicossociais como um passo inicial agravador de riscos patológicos presente no contexto de trabalho e no âmbito externo. Desenvolver-se-á uma apresentação bibliográfica acerca de alguns detalhes característicos da Avaliação Psicológica presente na literatura, bem como inferências sobre Gestão do Conhecimento e Fatores Psicossociais. Para o cumprimento do objetivo proposto, realizar-se-á uma apresentação da importância da Avaliação Psicológica ante à prevenção de doenças causadas pelos fatores psicossociais inerentes ao ambiente de trabalho dos indivíduos. Assim, nas conclusões, apresentar-se-á a observação quanto a importância desta ferramenta como recurso preventivo nos Departamentos de Recursos Humanos empresariais e sua aplicabilidade junto à Gestão do Conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Organização. Saúde. Intervenção. Gestão. Interação.

ABSTRACT: This work aims to highlight the importance of Psychological Assessment combined with Knowledge Management in the preventive treatment of the occupational health of individuals, considering psychosocial factors as an initial step that aggravates pathological risks present in the work context and in the external environment. A bibliographical presentation will be developed about some characteristic details of the Psychological Assessment present in the literature, as well as inferences about Knowledge Management and Psychosocial Factors. In order to fulfill the proposed objective, a presentation will be made of the importance of Psychological Assessment in the prevention of diseases caused by psychosocial factors inherent in the work environment of individuals. Thus, in the conclusions, the observation will be presented regarding the importance of this tool as a preventive resource in the Departments of Corporate Human Resources and its applicability in Knowledge Management.

KEYWORDS: Organization. Health. Intervention. Management. Interaction.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade de modo geral e em mais específico os ambientes de trabalho aliados aos seus processos de produção e suas entregas de produtos finais à população consumidora, vêm sofrendo constantes mudanças com o advento da tecnologia (ROSA, 2020). Essas mudanças estão aliadas às questões sociais e econômicas que pertencem a movimentos de instabilidade das atividades de trabalho,

e desse modo o ambiente de trabalho torna-se um local diário de buscas desafiadoras quanto ao atendimento de uma nova demanda laboral (JACINTO; TOLFO, 2017).

Dada essa instabilidade quanto ao desenvolvimento e apropriação de técnicas hábeis de trabalho, Jacinto e Tolfo (2017) acrescentam que surgem divergências entre os pares, bem como a adoção de novas medidas administrativas. Tais medidas vão ao encontro de ações para lidar com as divergências individuais e coletivas que estão diretamente ligadas com a saúde do trabalhador seja no aspecto mental, emocional e/ou física (Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2010).

Rodrigues (2018) revela a importância de salientar que nesse contexto de sociedade contemporânea deve-se ter um olhar cuidadoso em relação a tais exigências. Este olhar diz respeito ao advento das novas tecnologias como ferramenta de trabalho e sobre as exigências quanto às habilidades laborais dos indivíduos nas empresas, observando que elas estão envoltas numa nova vertente comercial que se aplica como Gestão do Conhecimento (RODRIGUES, 2018).

Nessa perspectiva, a Gestão do Conhecimento (GC) acontece como uma ferramenta de interação entre as pessoas para se criarem ambientes favoráveis ao desenvolvimento do trabalho e de bons relacionamentos capazes de gerar riquezas à empresa, dada produtividade com maior empenho e menos dissabores de conflitos sociais internos (MORAES; FADEL, 2010). A Gestão do Conhecimento delimita-se então a um sistema de capacidade integradora para o desenvolvimento do conhecimento e competência em grupo, capaz de oportunizar o aumento do capital intelectual organizacional e a expertise das pessoas envolvidas nesse processo de desenvolvimento (SABBAG, 2017).

Rodrigues (2018) trata que à medida que se entende que o conhecimento intrínseco de cada indivíduo é importante ao crescimento organizacional capazes de gerar riqueza e valorização capital e comercial para as organizações, é que se faz importante prezar pelo bem-estar social interno empresarial. A partir da compreensão de outrem, pode-se atuar na prevenção de doenças relacionadas ao fator psicossocial que possa afetar a saúde dos colaboradores, bem como o desempenho comercial pelo produto do trabalho destes (RODRIGUES, 2018).

E nessa linha de visão de saúde quanto a prevenção dos riscos psicossociais, há a necessidade de se ter um olhar mais profundo quanto as intercorrências diárias

no ambiente de trabalho. Tendo esse olhar preventivo, pode-se criar condições que impliquem em segurança de bem-estar e saúde psíquica para o desenvolvimento de um bom trabalho que responda às exigências e demandas das empresas (COSTA e SANTOS, 2013).

Jacinto e Tolfo (2017) enfatizam que sobre as mudanças na sociedade contemporânea, entre elas a tecnológica, resultaram em exigências que necessitam de urgente aprimoramento profissional, uma vez que trouxeram complexidades à realização de atividades antes realizadas de forma mais simples e manual, como controles de estoque e relação com clientes. Enquanto exigência de aprimoramento profissional, Gonzalez e Martins (2017) elucidam a discussão quanto a importância de se gerir o conhecimento, tendo a clareza de que o conhecimento é “um conjunto de bens que a organização, por meio de coordenada ação de seus indivíduos, constrói com o passar dos anos” (FORMIGA; SILVA; SILVA; SANTOS; AZEVEDO; MARTINS, 2020).

Infelizmente nem todos os locais de trabalho ofertam possibilidades em assegurar aos colaboradores condições de capacitação adequada para se adaptarem aos novos meios de efetivação de tarefas e isto, culmina em ambientes com expectativas frustradas e esgotamento profissional face ao atendimento das demandas exigidas, fazendo-se necessário um acompanhamento pela Avaliação Psicológica (AP) como um fator preventivo (GUIMARÃES, 2013). Pela perspectiva da AP, deve ser feito o devido encaminhamento de uma pessoa para a avaliação dando-lhe ciência total sobre o que será avaliada, e dessa maneira, ser bem esclarecido ao profissional avaliador, o porquê de tal intervenção (SCHNEIDER; MARASCA; DOBROVOLSKI; MÜLLER; BANDEIRA, 2020).

E aliado ao fator da Avaliação Psicológica, a Gestão do Conhecimento culminará em ações que sejam oportunizadas interações entre os sujeitos suscitando o compartilhamento de conhecimentos como um elo de construção social que possa diminuir os riscos de frustrações profissionais de cunho individual e em grupo (VON KROGH; ICHIJO; NONAKA, 2001). Analisando a importância de se considerar os fatores psicossociais no ambiente de trabalho e o uso da Avaliação Psicológica em detrimento do que podem ocasionar ao indivíduo e à empresa, a Avaliação Psicológica tem como finalidade angariar conhecimentos acerca daquele que é avaliado. Esse

conhecimento sobre o indivíduo é utilizado a fim de direcionar melhor as tomadas de decisões à melhoria das atividades e da saúde psíquica do colaborador (GROTH; WRIGHT, 2016).

Jacinto e Tolfo (2017) explicam que atuar na prevenção desses riscos negativos gerados pelos fatores psicossociais através da Avaliação Psicológica não é tarefa fácil aos profissionais de Departamentos de Recursos Humanos (DRH's) tampouco para os profissionais de saúde, dada a dificuldade de diagnóstico que poderia levar a intervenções exequíveis para a possível superação dos problemas ocasionados. O *Ministerio de Empleo y Seguridad Social de la Espana* (2012) em sua especificação, considera que o termo 'psicossocial' é o resultado da interação entre o indivíduo – psico – e o contexto social que o cerca, e por assim ser contemplado e entender que cada indivíduo está imerso em vários contextos, não apenas no trabalho, é que se faz ainda mais difícil diagnosticar a origem dos fatores que podem ser preponderantes para a atuação preventiva nas empresas (BORGES; GUIMARÃES; SILVA, 2013).

Nesse sentido, problematizar-se-á a seguinte questão: de que forma a Avaliação Psicológica pode se configurar como uma ferramenta exequível quanto à prevenção de doenças que podem ser causadas pelos fatores psicossociais no ambiente de trabalho considerando a Gestão do Conhecimento como suporte de atuação? Assim, este estudo tem por objetivo evidenciar a importância da Avaliação Psicológica aliada à Gestão do Conhecimento no trato preventivo da saúde laboral dos indivíduos considerando os fatores psicossociais como um passo inicial agravador de riscos patológicos presente no contexto de trabalho e no âmbito externo.

Justifica-se a apresentação deste estudo de forma que se abram possibilidades de contribuição às empresas e comunidades acadêmicas. Contribuições acadêmicas essas que buscam por inferir maior compreensão acerca da problemática levantada, ampliando a discussão e valorizando o processo de trabalho do profissional que lida com a situação posta em análise. Esta justificativa vai ao encontro de se evidenciar a importância da AP no que se refere ao seu desenvolvimento técnico e científico tendo sido assegurado aos profissionais da área sua aplicabilidade, reservado pelo Conselho Federal de Psicologia na Resolução 009/2018, direcionando aos cursos de Psicologia que oferecessem um plano de

ensino capaz de capacitar os acadêmicos em manejo e compreensão das avaliações realizadas através dos testes psicológicos (ARAÚJO; FARIAS; MIRANDA, 2020).

A metodologia do estudo consistirá em uma pesquisa bibliográfica, identificada como natureza básica a fim de provocar novos conhecimentos no que possam corroborar com o desenvolvimento da ciência literária, mas sem a obrigatoriedade de aplicação sua aplicação (NASCIMENTO, 2016). Tendo uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, apresentar-se-á a interpretação dos dados bibliográficos aferidos em leitura, onde fora posta a possibilidade de associação entre a Avaliação Psicológica e a Gestão do Conhecimento (NASCIMENTO, 2016).

A partir dos estudos realizados acerca do objetivo deste trabalho que se caracteriza no uso da Avaliação Psicológica aliada à Gestão do Conhecimento para o trato preventivo da saúde laboral dos indivíduos considerando os fatores psicossociais, estes se classificam como exploratórios, pois foram encontradas relações entre os assuntos temáticos (GC e AP), gerando familiaridade para que a pesquisa fosse realizada de forma satisfatória, reiterando ainda o caráter prospectivo dessa pesquisa. Salienta-se ainda que na busca bibliográfica foram encontrados 103 artigos correlacionados ao tema a partir da inserção dos termos de busca findando-se com as referências diretamente relacionada à pesquisa elencadas nas referências finais deste trabalho.

Considerar-se-ão os fatores psicossociais como um passo inicial agravador de riscos patológicos presente no contexto de trabalho e no âmbito externo, através da contextualização e explicação dos principais conceitos abordados e suas relações de correspondência entre si. Ainda se caracteriza como uma pesquisa de natureza básica que por sua vez objetiva a busca pelo crescimento do conhecimento científico (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Com um estudo bibliográfico e abordagem qualitativa e viés descritivo - exploratório, revela um propósito de manifestar uma possibilidade de relação entre os objetos da pesquisa (CRESWELL, 2009).

2 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

De modo a considerar de que forma a Avaliação Psicológica pode auxiliar quanto à prevenção de doenças laborais advindas de fatores psicossociais tendo a GC como uma ferramenta de apoio, é importante entender em que consiste a AP e

assim infere-se que seu advento está pareado com o surgimento da Psicologia, uma vez que ambas se desenvolveram a partir de estudos experimentais no âmbito laboratorial por Wundt (1832-1920) com ênfase em avaliações de estados psicológicos de indivíduos. Dada essa inferência, estudos acerca da atuação da psicologia e da AP tomaram maiores grandezas indo além do espaço laboratorial chegando às organizações empresariais e outros locais como escolas, unidades de saúde e setores de atendimento ao público como recuperação de condutores de veículos (SOLIGO; OLIVEIRA; MUNIZ; ZANINI, 2020).

Infere-se a importância da AP como uma ferramenta utilizada especificamente por psicólogos, no tocante a ambientes empresariais com contratação e manutenção de conduta de funcionários. Estes profissionais responsáveis pelo DRH's utilizam-na para a averiguação de aspectos e fatores psicológicos dos indivíduos, de modo a subsidiarem intervenções em suas áreas de atuação (SCHNEIDER; MARASCA; DOBROVOLSKI; MÜLLER; BANDEIRA, 2020).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) em resolução recente de nº 009/2018 trata a AP como “processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão”, que possa ser adota no ambiente coletivo, institucional ou de readequação individual. Esta informação vai diretamente ao que prevê a gestão do conhecimento no contexto empresarial, de modo ampara questões sociais, culturais indo além do caráter estrutural de uma organização (FORMIGA; SILVA; SILVA; FIRMINO; SANTOS; AZEVEDO; MARTINS, 2020).

Álvarez (2012) denota que os fatores psicossociais podem ser considerados positivos para o desenvolvimento do trabalho e não apenas um fator de risco, uma vez que bem direcionados, podem favorecer o bom relacionamento entre o grupo e consequentemente a produtividade em parceria de trabalho coletivo. Porém, é necessário que se observe o desenvolvimento destes fatores no cotidiano do indivíduo dentro da empresa, pois negativamente pode ocasionar o estresse ocupacional capaz de gerar conflitos que resultem em desgaste psicológico e consequentemente possíveis danos físicos e de relações de trabalho (JACINTO e TOLFO, 2017).

Formiga et al. (2020) asseveram que estes fatores devam ser bem cuidados quanto às consequências no dia a dia de uma organização, a GC prevê em sua

prática, o zelo pelas diferentes formas de compartilhamento de conhecimento e as informações que as pessoas disseminam entre si com o intuito de evitarem desgastes que possam prejudicar a saúde laboral. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2018a, Art. 1º) a AP se trata de um sistema investigativo com base em métodos técnicos instrumentais que objetivam a coleta de informações que possam gerar condições de atuação à resolução de problemas de caráter individual, grupo ou institucional.

Nesse sentido dada a resolução, o princípio que rege a AP está pautado na resolução ou compreensão de problemas que interfiram significativamente no desempenho pessoal e consequentemente coletivo, e nesse sentido a norma atual em vigência através da resolução nº 009/2018, os métodos aplicados à AP resultam em dados chamados de fontes fundamentais, fontes como testes psicológicos, entrevistas psicológicas ou anamneses, protocolos ou registros de observação (SOLIGO; OLIVEIRA; MUNIZ; ZANINI, 2020).

A partir do direcionamento da AP em consonância com a GC, pode-se elucidar novas maneiras estratégicas de gerenciar os problemas detectados no tocante à compreensão de como resolve-lo. Por conseguinte, a reorganização dos problemas aferidos nos processos de desenvolvimento diário das atividades, poderá resultar na eficácia da efetivação e aplicação de conhecimentos por seu compartilhamento, envolvimento no respeito às experiências individuais e à colocação devida das competências e habilidades de cada membro como parte formadora da organização (FORMIGA; SILVA; SILVA; FIRMINO; SANTOS; AZEVEDO e MARTINS, 2020).

O CFP enquanto órgão regulador da prática da psicologia no âmbito nacional, busca através de um sistema de monitoramento garantir a idoneidade destes profissionais e suas práticas observando a qualidade dos instrumentos de avaliação e por este propósito, fora implantado o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) regulamentado pela Resolução Nº 25 de 2001 (MANSUR-ALVES; SILVA; FERNANDES, 2016). Esse sistema constituir-se-ia uma regulamentação fundamental à prática dos psicólogos, uma vez que cobre toda especificidade prática e técnica de modo a estabelecer critérios quanto a aplicação de testes e pelo fator de incidir em uma política nacional como sua base (BUENO; PEIXOTO, 2018).

A resolução 09/2018 do CFP implementa à AP na resolução específica do Satepsi uma prerrogativa importante no que diz respeito ao trato da preservação dos direitos humanos incutidos na avaliação psicológica. O CFP nesta resolução, enfatiza e esclarece aos psicólogos sobre práticas que não se configurem assertivas capazes de negligenciar fatos, gerar preconceito, tipos de exploração por inferência de práticas, violência simbólica ou física, descaracterizar posicionamentos políticos, bem como inferir tendências filosóficas, morais e ideológicas (BUENO; PEIXOTO, 2018).

12

Considera-se que a aplicação da AP deve ser feita de maneira cuidadosa, haja vista seu poder de influência na vida de quem a receber como um instrumento de auxílio é importante frisar que a AP pode gerar efeitos proeminentes na tomada de decisão dos indivíduos, de modo a se ter clareza de seu poder de quanto a resultados que sejam positivos ou negativos, de acordo com aplicação e direcionamento do procedimento realizado (KOOCHER; KEITH-SPIEGEL, 2016). AGC atuará pactuada diretamente com a AP mesmo que não se saiba junção, naquilo que se refere ao processo de constituição do conhecimento sendo este um bem inerente ao indivíduo, indivíduo este que compõe uma organização, aplicando sua influência quanto aos aspectos que direcionam os trabalhos, que estão sujeitos aos fatores psicossociais que podem corroborar para facilitar ou tolher a aquisição e compartilhamento de conhecimento internos.

3 FATORES PSICOSSOCIAIS

De acordo com a *International Labour Organization* (2017), os danos causados ante os fatores psicossociais pela perspectiva do ambiente de trabalho, se caracterizam dado direcionamento das tarefas laborais e do relacionamento interpessoal entre colaboradores, de modo que estes aspectos podem incidir num bom gerenciamento e consequentemente num contexto organizacional com maior ou menor propensão a danos na saúde e segurança na prática diária de trabalho. Tão logo infere-se que os fatores psicossociais estão preponderantemente ligados ao estresse do cotidiano pessoal e coletivo, bem como com as doenças de cunho físico e mental diretamente ligada ao trabalho e consequentemente ao desempenho laboral (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2017).

Carlotto, Cruz e Guiland (2018) tratam ainda que os fatores psicossociais considerados como condições de risco, são um viés propagador dos prejuízos e danos à saúde mental, física e de relacionamento social, além de estarem condicionados às más condições de trabalho em que se encontram os colaboradores das empresas e possíveis situações vexatórias que possam inibir o bom relacionamento social coletivo. A saúde laboral dos trabalhadores vem sofrendo muitas intercorrências negativas em face ao tratamento e direcionamento gerencial das empresas, ocasionando acidentes de trabalho por stress e comunicação deturpada quanto às instruções dadas (CARLOTO et al., 2018).

Carlotto et al. (2018) enfatiza que o resultado advindo dos fatores psicossociais ligados ao ambiente de trabalho não demonstra boas respostas quanto à saúde do trabalhador, sendo um dos principais motivos de doenças laborais. Dado o crescimento das intercorrências ante a saúde do trabalhador observando que estes fatores estão diretamente relacionados aos afastamentos da jornada diária de trabalho, notara-se a importância de se colocar maior ênfase no trato de como agir/reagir a estas situações e, nesse sentido os órgãos governamentais, bem como a instância federal (CFP) vem tomando medidas preventivas com o intuito de assegurar melhores condições trabalhistas em relação ao bem-estar do trabalhador a fim de reduzir os impactos na saúde e em sua segurança (CARLOTO;GUILAND, 2018).

Ao tratar sobre os fatores psicossociais na esfera nacional brasileira, Guimarães, Martins e Botelho (2013) corroboram que de acordo com “o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da NR 33, exige que as empresas que possuem atividades em ambientes confinados submetam seus trabalhadores à avaliação psicossocial”. Desse modo Pereira, Souza, Lucca e Iguti (2020) tratam sobre a importância que as, estratégias e os novos mecanismos de atuação se configuram eminentemente imprescindíveis de serem criados e executados, e esta função de pensar sobre como e com base em que atuar no campo laboral em face à prevenção da saúde, cabe ao profissional do DRH evidenciar uma técnica que viabilize a investigação de fatores que possam ser comprometedores à vida pessoal, social e laboral dos funcionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar o contexto que define a AP, bem como sua aplicação e toda sua conjuntura histórica, e posteriormente tendo levantado inferências acerca dos fatores psicossociais e seus delineamentos, incide-se que a AP e a GC se configuram como duas ferramentas de recurso exequível quanto a aferição e resolução de problemas que estão presentes no ambiente de trabalho organizacional considerando os fatores externos e internos. Toda ação desenvolvida pela AP está para a GC como um mecanismo de gerir todo o capital humano empresarial por um movimento de troca, onde a GC pode ampliar as possibilidades de atuação do profissional da área ao lhe apresentar estratégias de longo prazo para a manutenção laboral quanto à produção de bens e serviços, incidindo diretamente na observância dos fatores psicossociais a fim de não deixá-los interferir negativamente no desenvolvimento empresarial.

A AP atua como um sistema preventivo de diversas situações que possam culminar em desgastes entre colaboradores e empresas. Sua aplicação dada única e exclusivamente por psicólogos evidencia através de estratégias reportadas em aplicação de escalas e questionários, a presença de fatores psicossociais capazes de interferir negativamente na vida trabalhista dos indivíduos, como apontamentos profícuos de transtornos mentais como ansiedade, depressão, síndromes e fobias.

Toda aplicação desse instrumento, que não deixa de ser um instrumento regulador dentro das empresas, busca a manutenção de uma qualidade de vida laboral que diretamente está ligada à vida pessoal de cada colaborador com visibilidade nos relacionamentos interpessoais dentro e fora do ambiente de trabalho, ocasionando motivação para o melhor desempenho profissional. A aplicação dessa ferramenta no contexto laboral vai além de simplesmente levantar informações para se compor um banco de dados a fim de se criar uma memória organizacional, busca bem como na GC uma maneira de estabilizar o contexto laboral com o objetivo de disseminar o desenvolvimento com base no capital humano prezando a qualidade de sua entrega ao dia a dia do trabalho.

Desse modo a AP vai ao encontro de uma sensibilização estratégica pareada ao contexto empresarial onde é aplicada, facilitando a criação de uma cultura de cuidado preventivo sob a perspectiva de proteção do conhecimento humano presente

dentro da organização e do compartilhamento adequado capaz de culminar na inibição de acidentes de trabalho que possam ser também ocasionados pelos fatores psicossociais capazes de interferir diretamente no desempenho das funções psicológicas de cada indivíduo.

Portanto, a aplicação da AP pode e deverá ser aplicada anterior à identificação dos problemas que possam ocasionar grandes danos psicológicos aos trabalhadores e conseqüentemente ao ambiente em que exercem e desempenham suas atividades. Estes sujeitos não devem ser restringindo de atenção recebendo-a apenas em situações críticas, não são a-históricos e descontextualizados socialmente, mas determinantes de toda uma construção individual e coletiva.

Desse modo, torna-se então evidente a AP uma ferramenta de exequibilidade preventiva de doenças no contexto de trabalho, em consonância à aplicação técnica, sem que se perca a sensibilidade e o compromisso social do trabalho do psicólogo quanto à promoção de ações minimizadoras dos fatores psicossociais como um viés adoecedor no ambiente laboral.

Dada inferência da revisão aqui apresentada por esta pesquisa, provoca-se a busca pelo aprofundamento de bases teóricas e análise de práticas, cuja contribuição faz-se necessária para discussão de novas metodologias que sejam capazes de contribuir para melhorar a operacionalização de instrumentos correlatos à AP e à GC como uma forma de mensuração e administração dos fatores de riscos psicossociais e seu combate. Evidencia-se ainda que este trabalho busca contribuir academicamente pela indução de novas investigações que possam direcionar ações capazes de ampliar a atuação do profissional psicólogo pelo uso da AP como mecanismo de proteção psicossocial no trabalho aliada à GC como uma ferramenta de grande importância para a sociedade contemporânea no que tocante ao mercado de trabalho e sua competitividade de produção e permanência no seu contexto de atuação.

REFERÊNCIAS

Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2010). **Inquérito europeu das empresas de riscos novos e emergentes (ESENER)**. Disponível

em:<http://osha.europa.eu/pt/publications/reports/pt_esener1-summary.pdf/view>
Acesso em 27 jan 2021.

ARAUJO, Bruno Bonfá. FARIAS, Eliana Santos. MIRANDA, Janaina Chnaider. **Avaliação Psicológica: Definição de aspectos psicométricos segundo alunos de graduação em psicologia.** Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/65877/41438>>. Acesso em 07 jun 2021.

BUENO, José Maurício Haas. PEIXOTO, Evandro Moraes. **Avaliação Psicológica no Brasil e no Mundo.** Psicologia: Ciência e Profissão Jun/Set. 2018 v. 38 nº3, 108-121. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208878>. Acesso em 21 fev 2020.

16

CARLOTTO, Pedro Augusto Croce. CRUZ, Roberto Moraes. GUILLAND, Romilda. ROCHA, Ricelli Endrigo Ruppel. DALAGASPERINA, Patrícia. ARIÑO, Daniela Ornellas. **Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho: Perspectivas Teóricas e Conceituais.** Rev. Interam. de Psicol. Ocup. Vol. 37 No. 1/enero-junio 2018 /ISSN: 2539-5238-Medellín-Colombia. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Ricelli-Rocha/publication/335432857_Riscos_Psicossociais_Relacionados_ao_Trabalho_Perspectivas_Teoricas_e_Conceituais_Work-Related_Psychosocial_Risks_theoretical_and_conceptual_perspectives_Articulo_de_Investigacion_Cientifica/links/5d65809ba6fdccc32cd6672>. Acesso em 22 fev 2020.

Conselho Federal de Psicologia. (2018a). Resolução nº 009, de 25 de abril de 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Resolucao-CFP-n-09-2018-com-anexo.pdf>>. Acesso em 21 fev 2020.

COSTA, Lúcia Simões. SANTOS, Marta. **Fatores Psicossociais de Risco no Trabalho: Lições Aprendidas e Novos Caminhos.** International Journal on Working Conditions, 1 (5), 39 – 58 (2013). Disponível em:< <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67060/2/88066.pdf>>. Acesso em 27 jan 2021.

CRESWELL, Jhon W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed approaches.** London: Sage Publications, 2009. Disponível em:< <http://www.mim.ac.mw/books/John%20W.%20Creswell's%20Research%20Design%203rd%20Ed.pdf>>. Acesso em 27 jan 2021.

DIAS, Joice Priscila Silveira. LOSEKAN, Ingrid. ALVES, Vitor Abel Monteiro. BEMVENUTI, Renata Heidtmann. BOLZAN, Larissa Medianeira. FRANZ, Luis Antonio dos Santos. **Avaliação dos Fatores Psicossociais em uma Empresa do Setor de Serviço.** Disponível em:<https://ei.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/22528/etp1_resumo_expandido_22528.pdf>. Acesso em 21 fev 2020.

FORMIGA, Nilton Soares. SILVA, Allan Gustavo Freire. SILVA, Jandeson Dantas. FIRMINO, Thaís Teles. SANTOS, Suely Xavier. AZEVEDO, Fabiana Lucena Bezerra.

MARTINS, Jean Gleyson Faria. **Transtorno emocional leve em trabalhadores: Verificação de um modelo teórico a partir do suporte organizacional, gestão do conhecimento e capital psicológico positivo.** Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7597/6771>>. Acesso em 08 abr 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS (2009).. Disponível em: <<http://meiradarocha.jor.br/news/tcc/files/2017/12/Gerhardt-e-Silveira.-M%C3%A9todos-de-Pesquisa-EAD-UFRGS.pdf>>. Acesso em 27 jan 2021.

Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-57. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Gestao_mediacao_e_uso_da_informacao.pdf>. Acesso em 18 mai 2020.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhaes.. MARTINS, Daniela de Almeida.. BOTELHO, Adriana de Oliveira. **Contribuições para a avaliação psicossocial da Norma Reguladora 33 (NR-33).** Perspectivas em Gestão & Conhecimento 2013; Número Especial 3:57-66.

GUIMARÃES, Liliana Adolpho Magalhães. Fatores Psicossociais de Risco no Trabalho. In FERREIRA, Januário Justino. PENIDO, Laís de Oliveira. **Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás** (pp. 273-282). Goiânia: Cir Gráfica (2013). Disponível em: <<https://www.fsstgo.com.br/wp-content/uploads/2018/08/livro-saude-mental-no-trabalho-2013-prt18.pdf>>. Acesso em 27 jan 2021.

HERMÂNI, Veloso Neto. **Estratégias organizacionais de gestão e intervenção sobre riscos psicossociais no trabalho.** International Journal on Working Conditions [Internet]. 2015 Disponível em: <https://moodle.unesp.br/ava/pluginfile.php/43938/mod_resource/content/1/gesta%CC%83o%20dos%20riscos%20psicossociais%20%28003%29.pdf>. Acesso em 22 fev 2020.

International Labour Organization. (2017). **Workrelated Stress and Psychosocial Risks. (P. and D. B. (PRODOC) of the I. Document and Publications Production, Ed.)** (8th ed.). Geneva: International Labour Office. Disponível em: <http://www.ilo.org/actrav/info/international-journal-labour-research/WCMS_551796/lang--en/index.htm>. Acesso em 22 fev 2020.

JACINTO, Aline. TOLFO, Suzana da Rosa. **Riscos Psicossociais no Trabalho: Conceitos, Variáveis e Instrumentos de Pesquisa.** Perspectivas em Psicologia, Uberlândia, vol. 21, n. 1, pp. 39-55, Jan/Jun, 2017–ISSN 2237- 6917. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/38922/20596>>. Acesso em 27 jan 2021.

JANNUZZI, Celeste Sirotheau Corrêa. FALSARELLA, Orandi Mina. SUGAHARA, Cibele Roberta. **Gestão do conhecimento: um estudo de modelos e sua relação com a inovação nas organizações.** Perspectivas em Ciência da Informação, 2016, vol.21, n.1, pp.97-118.

KOOCHER, Gerald.. KEITH-SPIEGEL, Patrícia. (2016). **Psychological assessment: Testing tribulations.** In: G. P. Koocher, & P. Keith-Spiegel (Eds.), **Ethics in psychology and the mental health professions: Standards and cases** (pp. 193-232). New York, NY: Oxford University Press.

18

MANSUR-ALVES, Marcela. SILVA, Renata . Saldanha.FERNANDES, Sthefanie Carvalho de Ávila. (2016). **Impact of the Psychological Testing Assessment System (SATEPSI) for scientific publications in psychological assessment.** Psico-USF, 21(1), 179-188. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210115>>. Acesso em 22 fev 2020

Ministerio de Empleo y Seguridad Social de la España. (2012). **Guía de actuaciones de la inspección de trabajo y Seguridad social sobre riesgos psicosociales.** Madrid: Lerko Print S.A. Disponível em:< https://www.laboral-social.com/files-laboral/Guia_psicosociales.pdf>. Acesso em 26 jan 2021.

MORAES, Cássia Regina Bassan de; FADEL, Bárbara. **Gestão do Conhecimento na Organizações:** perspectivas de uso da Metodologia Sistêmica Soft (Soft Systems Methodology). In: VALENTIM, Marta (org.). Disponível em:< <http://books.scielo.org/id/j4gkh/pdf/valentim-9788579831171-03.pdf>>. Acesso em 26 jan 2021.

NASCIMENTO, F. P., **“Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC”.** Brasília: Thesaurus, 2016.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos. SOUZA, Heloisa Aparecida. LUCCA, Sergio Roberto. IGUTI, Aparecida Mari. **Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho.** Rev Bras Saude Ocup 2020;45:e18. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v45/2317-6369-rbso-45-e18.pdf>>. Acesso em 22 fev 2020.

RODRIGUES, Marina de Oliveira. **A cultura Organizacional na Gestão do Conhecimento** – Niterói: UFF, 2018. Disponível em:< <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8679/1/TCC%20MARINA%20RODRIGUES.pdf>>. Acesso em 27 jan 2021.

ROSA, Mônica Pereira. Competência, comportamento e tecnologia: as mudanças no mundo do trabalho e a Geração Millennium. Ponto-e-Vírgula ISSN 1982-4807 - PUC-SP. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/51033/34403>>. Acesso em 26 mai 2021.

SABBAG, Paulo Yazigi. (2017). **Espiraís do conhecimento**: ativando indivíduos, grupos e organizações. São Paulo: Saraiva.

SCHNEIDER, Andréia Mello de Almeida. MARASCA, Aline Riboli. DOBROVOLSKI, Tiziane Alessandra Titton. MÜLLER, Cláudia Maria. BANDEIRA, Denise Ruschel. **Planejamento da avaliação psicológica: implicações para a prática e para a formação.**

Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/521/658>>. Acesso em 04 jun 2021.

19

SOLIGO, Angela de Fátima. OLIVEIRA, Irani Tomiatto. MUNIZ, Monalisa. ZANINI, Daniela Sacramento. **Formação em Psicologia: Estágios e Avaliação Psicológica.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v40/1982-3703-pcp-40-e243432.pdf>>. Acesso em 21 fev 2020.

VON KROGH, G., ICHIJIO, K., & NONAKA, I. **Facilitando a criação do conhecimento: reinventando a empresa com o poder da inovação contínua.** Tradução Afonso C. da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2001

A UTILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO CONTÁBIL COMO BASE PARA O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO EM UM ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA

Carlos Henrique Machado
Larissa Caroline Martins de Azevedo
Suzane Duria Garbeline

RESUMO: O Planejamento Contábil, é visto como uma parte integral do processo de gestão, com informações disponibilizadas diretamente para a administração (Padoveze, 2010). De acordo com Atrill (2014), essas informações devem ter capacidade de influenciar as decisões e para isso, as informações devem estar disponíveis quando a decisão precisa ser tomada; portanto, para serem relevantes, devem ser oportunas. Pereira (2013) afirma que a tomada de decisão se configura em uma das atividades mais importantes do dia a dia do profissional administrador bem como dos indivíduos de uma forma geral. Desta forma, este trabalho buscou mostrar a importância do planejamento contábil para a tomada de decisões e para isso, foi realizado um estudo de caso em uma empresa do ramo de advocacia, onde, por meio de dois questionários aplicados, analisou-se o conhecimento do gestor sobre planejamento contábil e foi traçado seu perfil na tomada de decisões da empresa, baseado em metodologia desenvolvida por Robbins et al (2014). Identificado o estilo de tomada de decisão do entrevistado como sendo do tipo diretivo e seu conhecimento em relação ao planejamento contábil, viu-se que ele costuma fazer uso de alguns documentos contábeis em suas decisões, e, como sugestão, indicou-se que ele considere mais vezes o uso das informações contábeis neste processo, pois estas informações ajudam a ter um amplo conhecimento de tudo que se passa na empresa em relação a finanças e contabilidade, o que possibilita a oportunidade de tomar decisões mais acertadas, selecionando a opção que oferece a maior certeza de que atenderá aos resultados e necessidades desejados (Robbins, 2021).

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento. Planejamento Contábil. Tomada de decisão.

ABSTRACT: Accounting Planning is seen as an integral part of the management process, with information made available directly to the business administration (Padoveze, 2010). According to Atrill (2014), this information must be capable of influencing decisions and for that, the information must be available when the decision needs to be taken; therefore, to be relevant, they must be timely. Pereira (2013) states that decision making is one of the most important daily activities of professional administrators as well as individuals in general. Thus, this paper sought to show the importance of accounting planning for decision-making and for this, a case study was carried out in a company in the law field, where, through two applied questionnaires, the knowledge of the manager on accounting planning and his profile was drawn in the company's decision-making, based on the methodology developed by Robbins et al (2014). Having identified the respondent's decision-making style as being of the directive type and his knowledge in relation to accounting planning, it was seen that he usually makes use of some accounting documents in his decisions, and, as a suggestion, it was indicated that he should consider more often the use of accounting information in this process, as this information helps to have a broad knowledge of everything that goes on in the company in relation to finance and accounting, which allows the opportunity to make better decisions, selecting the option that offers the greater certainty that it will meet the desired results and needs (Robbins, 2021).

KEYWORDS: Accounting Planning. Decision making. Planning.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um estudo de caso, em um escritório de advocacia na cidade de Ivaiporã/Pr, analisando a importância do planejamento contábil como

ferramenta para a tomada de decisões. E, para chegar aos resultados, este irá abordar importantes conceitos em torno de planejamento, planejamento contábil, serviços e serviços advocatícios, buscando com isso entender melhor os temas.

Chiavenato (2010) ensina que o planejamento dentro de qualquer organização é muito importante, pois é através dele que se pode obter as informações necessárias na tomada de decisões, e, dentro desse contexto, o planejamento contábil surge também como uma ferramenta essencial para qualquer gestor, pois a contabilidade é fundamental para garantir que uma empresa possa se manter viva no mercado, e, neste sentido, suas informações são as diretrizes para a tomada de decisões. Assim sendo, toda decisão dentro de uma organização, deve ser pautada em informações pertinentes a cada setor, visando garantir que elas ajudem na resolução de problemas e garantir sua saúde financeira.

Com isso, entende-se que os escritórios de advocacia também devem fazer uso destas ferramentas para a tomada de decisão, pois elas são muito importantes para garantir que a melhor decisão seja tomada, pautada nas informações obtidas por meio dos relatórios resultantes nas várias etapas que compõem o planejamento contábil.

De acordo com Polito (2021), hoje no Brasil existem mais de 1,5 milhão de advogados, e, em relação a faculdades de direito, são quase 1700 instituições. Em relação aos bacharéis em Direito, que são aqueles que apenas se tornarão advogados, após serem aprovados no Exame da Ordem, estes estão entre 1,5 milhão e 3 milhões. Estima-se que o número de advogados cresça bastante nos próximos anos, estimando algo perto dos 2 milhões até o ano de 2023.

Em relação aos escritórios de advocacia, não existem dados específicos em relação à quantidade de escritórios no Brasil. Em relação à área de atuação estudos revelam que as principais áreas priorizadas nos últimos 5 anos eram a Cível e do Consumidor, com 81,8% e 60,6%, respectivamente, sendo que atualmente a cível continua como prioridade, observando o crescimento de outras duas áreas, a do setor imobiliário, com 69,7%, e o Tributário, com 68,2%. (SANTOS *et al*, 2014)

Como metodologia para a elaboração deste trabalho, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e o estudo de caso, onde, por meio de dois questionários, buscou-se conhecer o perfil do proprietário da empresa em relação à tomada de decisões e também sua forma de tomar as decisões, e, posteriormente,

analisar como é realizada a tomada de decisões no escritório e como a contabilidade influencia nessas decisões, para depois, traçar o estilo de tomador de decisões é o gestor e, por fim fazer sugestões para o proprietário do escritório, visando colaborar positivamente nas questões que envolvem o planejamento contábil como ferramenta para a tomada de decisão da empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

22

Dentro da proposta para este trabalho, que é um estudo de caso que abordará o planejamento contábil e a tomada de decisões como ferramentas administrativas em um escritório do ramo de advocacia, dentro dos fundamentos e das pesquisas realizadas, é preciso primeiro que se estabeleçam conceitos importantes que são importantes para o tema do trabalho.

Neste sentido, primeiro é preciso entender o que são serviços, abordando de forma mais abrangente os serviços advocatícios, pois o foco do trabalho será voltado para uma empresa que atua no ramo de advocacia. Porém, antes de abordar os serviços advocatícios, é preciso que se estabeleça um conceito em torno de serviço, onde, de acordo com Marangoni (2015):

O serviço é um processo, consistindo em uma série de atividades mais ou menos intangíveis que, normalmente, mas não necessariamente sempre, ocorrem nas interações entre o cliente e os funcionários de serviço e/ou recursos ou bens físicos e/ou sistemas do fornecedor de serviços e que são fornecidas como soluções para problemas do cliente. (MARONGONI, 2015, p. 12)

Assim, dando continuidade, agora é preciso entender sobre os serviços advocatícios, onde, em um primeiro momento, será estabelecido o significado das palavras advogado e advocacia, que, nos estudos de Santos *et al* (2014, p. 04), os autores ensinam que a palavra advogado “deriva do latim *advocatus*, que significa o indivíduo assistente daquele que foi chamado à justiça. Já o vocábulo advocacia, oriunda do latim *advocatio*, que significa, assistência e a consulta judiciária a outrem”.

Estes mesmo autores falam que o serviço jurídico, assim como outro qualquer, traz com ele a inseparabilidade, assinalando assim a dificuldade de conseguir avaliar o mesmo antes deste ser prestado. Destacando no serviço legal, situação de

simultaneidade. Também se destaca o componente da heterogeneidade, posto que envolve o componente humano no serviço de advocacia, vislumbrando a variabilidade da qualidade de sua execução, seja ela relacionada aos diferentes prestadores deste serviço, seja relacionado aos diferentes períodos de tempo. Desta forma, entre outras coisas, ele envolve as diferenças de percepção de um cliente em distintos momentos e a existente entre diferentes clientes. (SANTOS *et al*, 2014).

São serviços prestados pelos escritórios de advocacia, de acordo com Santos *et al* (2014):

1) Advocacia cível especialmente na área consumerista e tributária; 2) Atendem-se outras áreas (como trabalho e família) e excepcionalmente crime; 3) Advocacia contencioso e de consultoria; 4) Planejamento Tributário; 5) Orientação em gestão tributária e consultoria de negócios; 6) Recuperação de créditos fiscais e utilização de ativos para liquidação de débitos; 7) Apresentação de defesas administrativas e judiciais contra as Fazendas Públicas; 8) Planejamento e Reestruturação Societária, totalizando em sua oferta de serviços o número de 08. (SANTOS *et al*, 2014, p. 05)

Assim sendo, entende-se a diversidade de serviços oferecidos pelos escritórios do ramo de advocacia, porém, o alvo deste estudo, é o planejamento contábil de um escritório de advocacia da cidade de Ivaiporã, no estado do Paraná.

Entendido sobre serviços e serviços advocatícios, agora será abordado sobre o que é planejamento, pois trata-se este da primeira função administrativa do gestor, de onde se define os objetivos e as decisões envolvendo as tarefas que irão cumprir estes objetivos.

O planejamento é portanto, uma importante ferramenta para o gestor, pois ele ajuda na tomada de decisões, e, com isso, permite que as soluções para a resolução de problemas seja mais eficaz, devido ao tipo de controle que o planejamento oferece.

Sobre o planejamento, apresenta-se as palavras de Chiavenato (2010), que, em seus estudos, diz que:

O planejamento define o que a organização pretende fazer no futuro e como deverá fazê-lo por essa razão, o planejamento é a primeira função administrativa, e que define os objetivos para o futuro desempenho organizacional e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente. Graças ao planejamento, o administrador se orienta pelos objetivos visados e das ações necessárias para alcançá-los, baseando-se em algum método, plano ou lógica. (CHIAVENATO, 2010, p. 14)

Assim, com já citado acima, o planejamento é importante para garantir as ações que serão realizadas pela empresa no futuro. Desta forma, definido o que é planejamento, é o momento de aprofundar os temas que são relevantes para o foco principal deste TCC, e, faz-se necessário portanto, entender o que é o planejamento contábil, onde entende-se que este planejamento está também ligado à tomada de decisões, devendo, no entanto, ser realizado de forma contínua e sistemática.

Estas características do planejamento contábil, podem ser confirmadas nas palavras de Fernandes (2018, online), que fala que o “planejamento contábil é um processo de tomada de decisão que deve ser realizado de forma contínua e sistemática”.

Outro autor que também apresentou um conceito de planejamento contábil em seu estudo foi França (2005, p, 86), onde este autor fala que “o planejamento contábil pode ser entendido como sendo a formulação e a definição de metodologias e sistemas para produção de informação contábil para atendimento das necessidades dos usuários”.

Observa-se que o autor acima citado, chama a atenção para o fato de que este planejamento é responsável pela produção de informações contábeis, buscando atender a necessidade da organização. Assim, entende-se que o planejamento contábil é um instrumento responsável por prover os requisitos e definições pertinentes para a apresentação de informações de forma disciplinadas, as quais se dão por meio das políticas contábeis. (FRANÇA, 2005)

Rodrigues *et al* (2013), também consideram o planejamento contábil auxiliar na tomada de decisões, apresentando-o como um conjunto de procedimentos e medidas, os quais, tem por finalidade, orientar as atividades relacionadas à execução orçamentária, financeira e patrimonial da empresa, fornecendo com isso para os gestores, os subsídios necessários que poderão servir de base para que melhores decisões possam ser tomadas em relação ao negócio.

Estes mesmos autores acrescentam que “o planejamento contábil e a adoção de políticas contábeis são os recursos utilizados pelo profissional, como instrumentos capazes de fornecer a informação justa, contribuindo assim para a credibilidade da profissão contábil e das suas instituições”. (RODRIGUES *et al*, 2013, p. 45)

Dando assim o planejamento contábil, este ser um instrumento que produz as informações, as quais serviram de base no processo decisório da organização, de acordo com Krysa (2015, p. 10), “as decisões são baseadas nas informações e darão condições de fundamentar a escolha por A ou B, e justificar estas escolhas em suas crenças, cultura e seu conhecimento para o máximo de assertividade e a redução das incertezas”.

Desta forma, é possível entender a importância do planejamento contábil para a empresa, qualquer que seja o seu porte, ajudando inclusive na redução de custos. Vale destacar neste sentido, as palavras de Max (2018):

O planejamento contábil é um serviço importante que ajuda no planejamento e no controle interno de toda e qualquer empresa. Sejam elas pequenas, médias ou microempresas. Geralmente esse serviço é feito por outras empresas que têm como objetivo encontrar formas de diminuir os seus gastos de ordem fiscal. Além disso, encontrará outras alternativas que podem beneficiar a sua empresa. (MAX 2018 online).

Por meio de um planejamento contábil adequadamente realizado, torna-se possível focar a tomada de decisões, alinhadas com os objetivos da empresa, sendo assim a finalidade do planejamento contábil, manter a competitividade e lucratividade da empresa no mercado, sendo, portanto, uma maneira de estrutura-la para o futuro, fazendo com que a empresa esteja preparada para futuras incertezas que venham a ocorrer, sejam estas em um mercado específico ou em relação à economia como um todo. (BEBBER, 2014)

Bebber (2014, p. 05) ainda acrescenta que “devido à competitividade constante entre as empresas, o planejamento contábil pode ser relacionado como um fator facilitador para obter os subsídios necessários diante de empresas que não estão preparadas para possíveis cenários pessimistas”.

Assim sendo, o planejamento contábil é importante, como já dito, para qualquer empresa, seja qual for seu porte ou segmento, auxiliando a sua sobrevivência financeira no mercado, mesmo sem cenários pessimistas que venham a se apresentar, auxiliando na tomada de decisões primordiais, sendo uma ferramenta que pode colaborar para que o gestor, por meio das informações obtidas através do planejamento, possa conhecer a realidade da organização e assim nortear suas

ações, de modo a atingir os objetivos da empresa e já ter em mãos informações que serão essenciais caso algum imprevisto aconteça.

Chegou o momento de abordar outro assunto de muita importância para este trabalho, o processo decisório, pois, em toda organização, são as decisões tomadas que são responsáveis por garantir que os objetivos traçados sejam alcançados, garantindo com isso que a empresa consiga se manter competitiva no mercado de atuação. Essas decisões são formadas por um conjunto de ações que estão vinculadas ao planejamento estratégico, servindo de norte para a solução de problemas.

Em relação ao processo decisório, e, buscando estabelecer uma definição para ele, Iudícibus (2010), em seu livro aponta que:

Processo decisório é o conjunto de ações que faz com que se consiga a obtenção dos objetivos desejados, definidos pelo planejamento. O processo decisório ocorre pelas tomadas de decisões já planejadas e pelas tomadas de decisões corretivas quando o controle evidencia que o caminho sendo seguido não era o planejado. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 06)

Assim sendo, é possível dizer que os efeitos das decisões tomadas, referentes a qualquer área da empresa, deixam ser sentidas de forma mais acentuada na contabilidade, aumentando assim a responsabilidade dos gestores no momento de assinar os relatórios contábeis. (IUDÍCIBUS, 2010)

Sobre a tomada de decisões, é importante destacar as palavras de Kryza (2015), ensina que é toda escolha dentro de uma empresa implica em uma tomada de decisão, ou seja, parte de uma decisão tomada pelo gestor. Assim sendo, de acordo com este autor:

Todas as escolhas feitas em uma empresa implicam em tomada de decisão. Em todos os níveis e departamentos, sejam eles altas gerências responsáveis pela formulação das estratégias, ou cargos medianos responsáveis pela atuação tática ou operacional, todas as pessoas decidem e determinam os rumos da empresa, definindo a quantidade de geração de valor para a sociedade, para os funcionários e para a própria empresa. (KRYZA, 2015, p. 33).

Desta forma, entende-se que, por meio de um processo decisório organizado e bem estruturado, o gestor pode contar com variadas formas de atender os objetivos da empresa ou mesmo resolver problemas. Bastando para isso, encontrar os métodos

necessários que ajudam a visualizar todos os níveis da empresa, tornando possível avaliar os impactos positivos e negativos, decidindo assim qual a opção mais viável, que possa oferecer menos riscos. Por isso, é importante que o gestor da empresa, que é o responsável pela tomada de decisões, precisa conhecer todas as partes envolvidas no processo decisório e ter ciência das consequências das decisões tomadas, trabalhando intensamente com o intuito de diminuir os erros. (KRYZA, 2015)

Sobre o processo decisório, também é importante destacar as palavras de Pereira (2013), pois este autor destaca que o processo decisório é uma das atividades mais importantes do dia a dia de qualquer organização e válido para qualquer esfera. Em suas palavras:

O processo decisório ou a tomada de decisão se configura em uma das atividades mais importantes do dia a dia do profissional administrador bem como dos indivíduos de uma forma geral. É um processo dinâmico de escolher o caminho mais adequado à organização, em um dado contexto, para alcançar um fim específico. O processo decisório é válido para toda e qualquer tipo de organização, seja ela pública, privada ou não governamental, compreendendo tanto o nível de governo municipal, estadual ou federal, quanto o nível individual. (PEREIRA, 2013, p. 06)

Portanto, entendeu-se que o processo decisório está ligado ao planejamento, pois é este que fornecerá as informações necessárias para o gestor escolher a alternativa que melhor se encaixa na resolução do problema ou alcance dos objetivos da organização, sendo portanto, importantes ferramentas que auxiliam a empresa a se manter competitiva no mercado.

É importante que se entenda que existem estilos diferentes para a tomada de decisão, e que, segundo Robbins *et al* (2014), existe um fundamento básico para um modelo de estilo de tomada de decisão, que para estes autores:

É o reconhecimento de que as pessoas diferem em duas dimensões. A primeira é seu modo de pensar. Algumas pessoas são lógicas e racionais; elas processam informações em série. No entanto, algumas pessoas são intuitivas e criativas e percebem as coisas como um todo. A outra dimensão aborda a tolerância de uma pessoa à ambiguidade. Algumas pessoas tem uma grande necessidade de estruturar informações de maneira que minimizem ambiguidades, enquanto outras processam muitos pensamentos ao mesmo tempo. (ROBBINS *et al*, 2014, p. 185-186)

Sobre o processo decisório e seus estilos, Robbins *et al* (2014), falam que existem quatro estilos de tomada de decisão, que, segundo estes autores são o estilo diretivo, o estilo analítico, o estilo conceitual e o estilo comportamental.

Para estes autores, em se tratando do estilo diretivo, nele as pessoas que fazem uso deste tipo de tomada de decisão, possuem pouca tolerância à ambiguidade e buscam racionalidade. São pessoas eficientes e lógicas. Suas preocupações em buscar eficiência, podem ter como resultado tomadas de decisões baseadas no mínimo de informação e depois de ter avaliado poucas alternativas. São pessoas que tomam as decisões de forma rápida e se concentram no curto prazo. (ROBBINS *et al*, 2014).

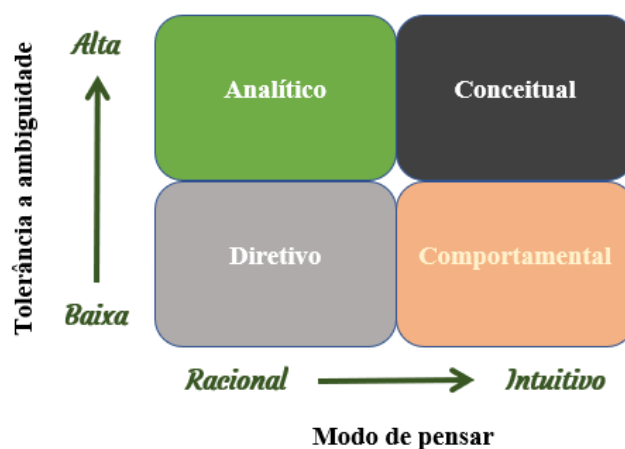
Já pessoas que pertencem ao estilo analítico, tem uma tolerância maior à ambiguidade que as diretivas. Por este motivo desejam obtenção de maior número de informação e à consideração de mais alternativas. Gestores analíticos podem ser definidos como tomadores de decisão mais cuidadosos e com maior capacidade de se adaptar ou mesmo lidar com situações novas. (ROBBINS *et al*, 2014).

Gestores que apresentam estilo conceitual de tomada de decisões, são normalmente indivíduos que tendem ao modo de pensar mais amplo e costumam considerar muitas alternativas. Focam no longo alcance e são muito bons em encontrar soluções de modo criativo para solucionar os problemas. (ROBBINS *et al*, 2014).

Por mim, como ensina Robbins *et al* (2014), vem os gestores que apresentam o estilo comportamental, que se caracterizam por ser tomadores de decisão que trabalham bem em conjunto com os outros. Costumam se preocupar com a realização de seus funcionários. São bastante receptivos a sugestões de outras pessoas e confiam fortemente na realização de reuniões para que ocorra comunicação. Esse tipo de tomador de decisão tenta evitar conflitos e buscam aceitação.

A figura 1, mostra o modelo de tomada de decisões de acordo com Robbins *et al* (2014), de forma bem fácil de se entender.

Figura 1 - Modelo de estilo de tomada de decisão



Fonte: Adaptado pelos autores de Robbins *et al* (2014)

3 METODOLOGIA

Considerando as etapas seguidas para que se alcance os objetivos da pesquisa, é preciso considerar alguns métodos que foram utilizados neste trabalho, seja para compor a parte da fundamentação teórica, seja para a parte final, que será realizada na prática, analisando o planejamento contábil no processo de tomada de decisão em um escritório de advocacia.

Primeiro é preciso destacar que esta pesquisa, quanto à abordagem, será qualitativa, pois este tipo de pesquisa se concentra na coleta, na análise e na redação dos resultados de forma a apresentar maior quantidade de informações possíveis. Para falar da pesquisa qualitativa em seus estudos, Malhortra (2011), usou a seguinte definição:

As abordagens qualitativas de coleta, análise, interpretação e redação do relatório dos dados diferem das abordagens quantitativas tradicionais. A amostragem intencional, a coleta de dados abertos, a análise de textos ou de imagens, a representação de informações em figuras e em quadros e a interpretação pessoal dos achados informam procedimentos qualitativos. (MALHORTRA, 2011, p. 122).

Também caracterizando a abordagem qualitativa da pesquisa, Alyrio (2009, p. 59), fala que “na pesquisa qualitativa, a realidade é verbalizada. Os dados recebem tratamento interpretativo, com interferência maior da subjetividade do pesquisador. A abordagem é mais reflexiva”.

Esta pesquisa também se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, pois foi embasada em estudos anteriores. Essas palavras podem ser confirmadas nos estudos de Gil (2008), onde, estes autores, falam que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 2008, p. 50).

30

Gil (2008), ainda apresenta algumas vantagens da pesquisa bibliográfica, onde, de acordo com este autor:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2008, p. 50).

Outro tipo de pesquisa utilizado para a construção deste trabalho, já na parte prática, é o estudo de caso, onde se busca detalhar o objetivo do estudo, uma investigação de um fenômeno, dentro da realidade, usando fontes como evidência. Para definir e caracterizar o estudo de caso, Gil (2008), diz que:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. (GIL, 2008, p. 58).

Portanto, este tipo de estudo vem frequentemente sendo utilizado por um número cada vez maior de pesquisadores sociais, visando propósitos como o de explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, assim como também para descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação, como também com o intuito de explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL, 2008)

Uma técnica utilizada neste trabalho é a coleta de dados por meio de questionário, sendo portanto necessário em um primeiro momento, que se defina o que é questionário, e, para isso, apresenta-se as palavras de Gil (2008, p. 121), onde, de acordo com este autor, questionário é “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”.

A aplicação deste questionário, busca entender o tipo de gestor e tomador de decisão do proprietário do escritório escolhido, alguns processos se fizeram necessários, onde, por meio de dois questionários, serão avaliados seu entendimento em relação ao planejamento contábil e também sobre o processo decisório, onde, por meio de suas respostas, poderá ser traçado seu perfil.

Neste sentido, Gil (2008) apresenta o seguinte entendimento:

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. (GIL, 2008, p, 121).

Em relação aos questionários utilizados, foram dois ao todo, um sobre planejamento contábil e outro sobre processo decisório, onde o primeiro, sobre planejamento contábil, contém 10 questões, sendo as 3 primeiras eram de ordem mais pessoal e as demais buscavam avaliar o planejamento contábil e os conhecimentos do gestor do escritório sobre contabilidade e sua importância para a empresa. O questionário utilizado foi baseado no questionário encontrado nos estudos de Custódio et al (2019).

Já o questionário sobre processo decisório, foi baseado nos estudos de Gonçalves e Silveira (2017), foi composto de 10 questões, todas voltadas para o conhecimento do gestor em torno de tomadas de decisão, se ele faz uso de algum documento contábil para auxiliar nas suas decisões e que tipo de tomador de decisões ele é.

Posteriormente, com base nas respostas obtidas, será traçado o estilo de tomador de decisões é o proprietário da empresa, de acordo com os estilos apresentados por Robbins *et al* (2014).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio dos estudos, com base em diversos autores que foram consultados na construção da parte teórica, foi possível ver a importância do planejamento contábil para uma empresa, seja ela de pequeno, médio, ou grande porte, pois, através de suas informações, é possível obter informações relevantes e de grande importância, as quais ajudam no processo decisório de forma a facilitar a decisão e de que esta vá de encontro aos interesses da empresa. Isso pode ser comprovado por meio dos estudos de França (2005) e Rodrigues *et al* (2013), que em seus estudos mostram a importância das informações do planejamento contábil, assim como Kryza (2015) e Pereira (2013), que além de corroborar com os autores citados acima, ainda frisam a importância do planejamento contábil para a tomada de decisões.

Depois de visto a importância do planejamento e buscando chegar aos objetivos propostos, para poder chegar aos resultados da pesquisa, foi necessária a realização de uma entrevista com o tomador de decisões responsável pelo escritório alvo do trabalho, buscando determinar as percepções do mesmo em relação ao planejamento contábil e, em um segundo momento, sobre o tipo de tomador de decisão ele é.

Para isso, foram disponibilizados para ele dois questionários, um voltado para entender o que o entrevistado pensa sobre o planejamento contábil e as informações que ele fornece e outro voltado para o processo decisório e como o advogado entrevistado costuma tomar suas decisões. Depois de respondidos os questionários, eles serviram de base para traçar o perfil do tomador de decisões da empresa, onde, para poder entender a que estilo ele pertence, tomou-se de base os estudos de Robbins *et al* (2014), que apresentaram em seu livro 04 estilos de tomador de decisão.

Em relação ao questionário, o primeiro, com já mencionado, buscou verificar o conhecimento do gestor da empresa sobre o planejamento contábil e a importância

das suas informações para ajudar no processo decisório, este questionário também colaborou para ver o perfil de formação e faixa etária do entrevistado.

Analisando as respostas obtidas, viu-se que se trata de um profissional com pós graduação, o qual é proprietário de uma empresa prestadora de serviços e que atua no mercado de advocacia. Sua empresa já está atuando há mais de seis anos.

De maneira geral, quando perguntado sobre o planejamento contábil, o entrevistado apontou que considera as informações contábeis muito importantes para a sua empresa e que os dados obtidos por meio do planejamento contábil são essenciais no momento de tomada de decisão. Em resposta ao questionário, o mesmo fazer uso deste tipo de informação quanto toma as decisões, porém, apesar de considerar o planejamento importante no processo decisório, só o considera essencial diante de determinadas decisões.

Sobre as respostas obtidas, relacionadas ao processo decisório, estas apontaram que se trata de um tomador de decisões que busca decidir a curto prazo e de forma rápida e que sente facilidade em toma-las. Para o entrevistado, a quantidade de informações é sempre essencial para qualquer decisão que seja tomada, e, em alguns casos, costuma usar a emoção e a intuição para decidir, não tendo o habito de usar o raciocínio lógico. Para ele, as incertezas no momento de tomar as decisões é algo de alta tolerância.

Questionado se ele faz uso de algum documento contábil para tomar suas decisões, ele apontou que costuma consultar o relatório de faturamento e a previsão de entrada de valores. Na última questão, em relação à tomada de decisões, o entrevistado disse ser uma pessoa analítica.

Desta forma, depois de respondidos os questionários e verificar que o gestor da empresa analisada tem conhecimento do planejamento contábil e da importância das informações contábeis para a tomada de decisões, e, que faz o mesmo faz uso de alguns documentos contábeis, apesar de não considerar suas informações em todas as decisões que toma, buscou-se, por meio das respostas, traçar então o estilo do perfil do tomador de decisões da empresa, onde, para poder entender em qual estilo ele se encaixa, tomou-se de base os estudos de Robbins *et al* (2014), que apresentaram em seu livro 04 estilos de tomador de decisão.

Desta forma, com base nas respostas e analisando o perfil do entrevistado, que é o responsável pelo processo decisório, que afirmou tomar as decisões de forma rápida, é possível concluir que se trata de um tomador de decisões do estilo diretivo, pois, Robbins *et al* (2014), consideram que indivíduos com esse estilo racionalidade e são pessoas eficientes e lógicas. Se preocupam em buscar eficiência, podem ter como resultado tomadas de decisões baseadas no mínimo de informação e depois de ter avaliado poucas alternativas. São pessoas que tomam as decisões de forma rápida e se concentram no curto prazo.

Assim sendo, por se trata de uma empresa de prestação de serviços e com base nas respostas obtidas, seria interessante que o tomador de decisões considere mais vezes o uso das informações contábeis ao tomar suas decisões, fazendo uso de outros documentos contábeis além dos já utilizados, como por exemplo o Demonstrativo dos Resultados do Exercício e o Fluxo de caixa, os quais poderão dar uma noção mais correta de média mensal de valores, dando assim mais visão que podem auxiliar nas decisões tomadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se ao fim deste estudo, que o planejamento contábil é uma importante ferramenta auxiliar na tomada de decisões em uma empresa, sejam ela de pequeno, médio, ou grande porte, pois, por meio dos documentos contábeis, é possível que se entenda a real situação financeira da empresa, o que pode levar a uma tomada de decisões mais eficaz, com bases concretas, o que pode favorecer no processo decisório de forma positiva.

O planejamento contábil produz informações essenciais para auxiliar o gestor no processo decisório, garantindo que os dados obtidos, transmitam a real situação financeira do momento, o que é essencial para guiar a tomada de decisões.

Através do estudo de caso, que foi realizado por meio da aplicação de dois questionários, um sobre planejamento e outro sobre processo decisório, aplicados com o tomador de decisões da empresa alvo do estudo de caso, foi possível entender a percepção do gestor em torno do planejamento contábil, onde o mesmo disse

entender da importância do planejamento contábil para a empresa e no processo de tomada de decisões.

Sobre as respostas obtidas, relacionadas ao processo decisório, estas apontaram que se trata de um tomador de decisões que busca decidir a curto prazo e de forma rápida, segundo ele, a quantidade de informações é sempre essencial para qualquer decisão que seja tomada e, em alguns casos, costuma usar a emoção e a intuição para decidir, não tendo o hábito de usar o raciocínio lógico. Ele considera as incertezas algo de alta tolerância no momento de tomar as decisões. E, em relação ao planejamento contábil como ferramenta na tomada de decisões, ele respondeu fazer uso do relatório de faturamento e a previsão de entrada de valores.

35

Também com base nas respostas obtidas, buscou-se traçar o estilo de tomador de decisões em que o entrevistado se enquadrava, entendeu-se tratar de um tomador de decisões do estilo diretivo, de acordo com Robbins *et al* (2014), que, em relação a esse tipo de tomador de decisão agem com racionalidade e são pessoas eficientes e lógicas, eles se preocupam em buscar eficiência, podem ter como resultado tomadas de decisões baseadas no mínimo de informação e depois de ter avaliado poucas alternativas. São pessoas que tomam as decisões de forma rápida e se concentram no curto prazo.

Por fim, considerando os resultados obtidos, como sugestão para o gestor e tomador de decisão do escritório de advocacia estudado, e, por tratar-se de uma empresa de prestação de serviços, é interessante que o tomador de decisões considere mais vezes o uso das informações contábeis no processo decisório, fazendo uso de outros documentos contábeis que podem auxiliar na tomada de decisões, como por exemplo o Demonstrativo dos Resultados do Exercício e o Fluxo de caixa.

Ficou evidente que o planejamento contábil só tem a agregar positivamente no processo de tomada de decisões, sendo uma fonte importante de informações, as quais são essenciais para o gestor, proporcionando assim mais segurança nas decisões tomadas, pois as os dados obtidos pelos documentos contábeis, transmitem a real situação da empresa, o que é essencial para que a decisão tomada seja a melhor possível, em busca de atingir os objetivos da organização.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

ATRILL, Peter. **Contabilidade gerencial para tomada de decisão**. 1a edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

BEBBER, Nayara. **O planejamento contábil como ferramenta para a evolução de novos negócios**: um estudo aplicado em uma empresa de prestação de serviços. 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140570/000965940.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 ago 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. Segunda edição. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/20948506/Administra%C3%A7%C3%A3o_nos_novos_tempos>. Acesso em: 20 jun 2021.

CUSTÓDIO, Evandra Mello; PEREIRA, Jaqueline de Fátima; NICKEL, Kamile Evelyn; RONKOSKI, José. **Importância da contabilidade, planejamento tributário e de custos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. 210 fls. Núcleo de Pesquisa Acadêmica. NPA FAE - Centro Universitário. 2019. Disponível em: <<https://memorialtcccadernograduacao.fae.edu/cadernotcc/article/download/268/148>>. Acesso em: 20 ago 2021.

FERNANDES, Daniela Pereira. **Planejamento contábil: como alinhar a contabilidade e o plano estratégico**. Treasy. 2018. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/planejamento-contabil/>>. Acesso em: 25 jun 2021.

FRANÇA, José Antonio de. **Planejamento e políticas contábeis: instrumento de apoio à gestão da informação**. Revista Brasileira de Contabilidade. nº 15. pp. 85-97. janeiro/fevereiro. 2005. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/525/321>>. Acesso em: 13 ago 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Valquiria Marlei; SILVEIRA, Vanessa Pinz Pereira. **Os estilos de tomada de decisão do centro socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa

Catarina. Florianópolis 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177041>>. Acesso em: 06 set 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/n00051>>. Acesso em: 25 jun 2021.

KRYSA, Agenor Felipe. O processo decisório. UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/970>>. Acesso em: 17 ago 2021.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: foco na decisão. Tradução: Opportunity Translations. Revisão técnica: Maria Cecília Laudisio e Guilherme de Farias Shiraishi -- 3. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MARANGONI, Suzana. Marketing de serviços. Rio de Janeiro: SESES, 2015. Disponível em: <<https://tigubarcelos.files.wordpress.com/2019/03/marketing-de-servicos-ld356-1>>. Acesso em: 27 jun 2021.

MAX, Ronan. **Planejamento contábil**: O que é e como beneficia sua empresa. RTEK – Gestão Inteligente. 2018. Disponível em: <<https://www.rtek.com.br/planejamento-contabil-o-que-e-e-como-beneficia-sua-empresa/>>. Acesso em: 13 ago 2021.

PEREIRA, Cândido de Souza. **Introdução ao estudo do processo decisório: métodos e ferramentas administrativas**. Editora Saraiva. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332180186_Processo_Decisorio_Candido_Ebook>. Acesso em: 18 ago 2021.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Planejamento Orçamentário**. 2. Ed - São Paulo : Cengage Learning, 2010.

POLITO, Reinaldo. **Que chance terá um advogado diante de tanta concorrência?** UOL Economia. 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2021/04/06/que-chance-tera-um-advogado-diante-de-tanta-concorrencia.htm>>. Acesso em: 22 set 2021.

ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A.; WOLTER, R. M. A Nova Administração. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. 9788502225336. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502225336/>>. Acesso em: 17 set. 2021.

ROBBINS, T. **I'am overwhelmed. How do I make tough decisions?** Disponível em: <https://www.tonyrobbins.com/ask-tony/making-tough-decisions/>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; PROENÇA, André Eduardo de; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. **Planejamento Contábil e Reorganização Societária**. Coleção IOB de Planejamento de Tributário. Volume II. 2ª edição. São Paulo: IOB, 2013.

SANTOS, Klevelando Augusto Silva dos; NÓBREGA, Kleber Cavalcanti; BARRETO, Cintia. **O uso da oferta de serviços como estratégia para identificação de atributos da qualidade de serviços advocatícios**. Anais. SIMPOI. 2014. Disponível em:

<<http://ltsadvogados.com.br/files/6ff02df5d41b8493bc7aaff9f8305c8da0c5f1e4.pdf>>.

Acesso em: 27 jun 2021.

PANDEMIA, CATÁSTROFE E A CLÍNICA COM CRIANÇAS

Adélia Nunes Jeveaux-Pereira
Sílvia Maria Abu-Jamra Zornig

RESUMO: Este artigo aborda a problemática da clínica psicanalítica com crianças no contexto da pandemia de covid-19. Para tanto, propomos uma aproximação com o tema a partir articulação feita por autores psicanalíticos contemporâneos do conceito de catástrofe de Ferenczi com a pandemia, estabelecendo um entendimento contextual de base e uma distinção entre catástrofe e trauma. Em seguida, destacamos o abalo à dissimetria do *setting* como um dos atravessamentos fundamentais da transferência nesse cenário por meio de ilustração clínica.

PPALAVRAS-CHAVE: Pandemia. Covid-19. Catástrofe. Clínica psicanalítica. Psicanálise com crianças.

ABSTRACT: This article presents the challenges faced by child analysts during the covid-19 pandemic. We propose an approach to the issue through contemporary psychoanalytic authors' understanding of Ferenczi's concept of catastrophe, in order to establish a basic context and a distinction between catastrophe and trauma. Then we highlight the disturbance upon the analytic setting's dissymmetry caused by the pandemic as one of the fundamental difficulties of the analyst-patient relationship in this scenario, via case example.

KEYWORDS: Pandemic. Covid-19. Catastrophe. Psychoanalytic clinic. Psychoanalysis with children.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19, declarada em março de 2020, representa um marco entre antes e depois para toda a geração que a vivencia. Ainda que outros eventos pandêmicos tenham ocorrido ao longo da história, mais notadamente entre eles a peste do século XIV e a gripe espanhola do início do século XX, de modo que o fato em si não represente algo inédito, as características do mundo no qual o novo coronavírus se espalhou conferiram especificidades ao fenômeno que ultrapassaram o repertório coletivo.

Para estabelecer um referencial de compreensão para o acontecimento da pandemia e propor uma reflexão acerca do trabalho da psicanálise nesse contexto, Vertzman e Romão-Dias (2020) lançam mão da etimologia da palavra catástrofe. Oriunda da dramaturgia grega, mais precisamente de peças trágicas, a catástrofe consiste na reviravolta anunciada pelo coro ao final de uma cena, e tem maior impacto dramático quanto mais abrupta e radical for a transformação infligida à narrativa. Ou seja, trata-se de um ponto de descontinuidade da trama, que provoca uma suspensão

das expectativas e suposições do público diante do inesperado. Um destaque importante feito pelos autores diz respeito ao fato de que a catástrofe é uma inscrição em dois tempos de uma trajetória, sendo dotada de uma característica de impacto imediato, mas com produção de sentido *a posteriori* (VERTZMAN e ROMÃO-DIAS, 2020).

Na primeira parte deste artigo, para delimitar nosso campo de compreensão, apresentaremos o conceito norteador de catástrofe. Partiremos da etimologia do termo para então compô-lo com a noção de Ferenczi apresentada em “Thalassa” (1924/2011), conforme articulação proposta por Vertzman e Romão-Dias (2020). Em seguida, marcaremos distinções entre catástrofe e trauma, necessárias para a fundamentação das reflexões propostas. Por fim, dedicaremos-nos às vicissitudes da clínica psicanalítica com crianças durante a pandemia. Daremos ênfase aos aspectos concernentes aos abalos transferenciais que acometem o par analítico e a dissimetria necessária ao trabalho clínico por meio de vinheta clínica.

2 CATÁSTROFE

A dimensão coletiva da pandemia pode ser entendida em um campo de entendimento delimitado pela marca da descontinuidade representada na catástrofe, tanto no que diz respeito ao fenômeno em si quanto às mobilizações que dele derivam. Nessa direção, Vertzman e Romão-Dias (2020) evocam a compreensão de Ferenczi (1924/2011) a respeito da catástrofe como elemento fundamentalmente propulsor de transformações evolutivas, tanto no sentido filogenético quanto ontogenético.

Em “Thalassa”, Ferenczi elabora sua teoria da genitalidade em uma perspectiva afim à lamarckiana, adotando a lógica segundo a qual a evolução das espécies se deu em resposta a adversidades ambientais, em vez de ao acaso. O autor estabelece uma equivalência entre marcos evolutivos das espécies e dos sujeitos, como, por exemplo, o início da reprodução sexuada e a fecundação, a secagem dos oceanos e o nascimento, a era glacial e o período de latência (FERENCZI, 1924). Dessa maneira, Ferenczi apresenta um entendimento da catástrofe como “força morfogenética” que se dá na irrupção de uma descontinuidade radical (HERZOG e CÂMARA, 2021, p. 69).

A analogia estabelecida por Ferenczi entre a catástrofe da secagem dos oceanos e o nascimento é destacada por Herzog e Câmara (2021) como especialmente relevante para pensar a experiência de ruptura na pandemia de Covid-19. Os autores enfatizam o valor simbólico das mudanças e afetações da respiração nesses cenários como um traço atualizado pela pandemia, incidindo sobre uma agonia primitiva característica do primeiro ponto de transição irreversível experimentado ontologicamente: o nascimento como a descontinuidade do ambiente uterino, não mais suficiente em prover as condições de sobrevivência, impondo a necessidade urgente de respirar com os próprios pulmões, representada pelo choro e pelo grito do recém-nascido. Na pandemia, os sintomas respiratórios graves e a impossibilidade de obter oxigênio naturalmente atestam para a insuficiência desses mesmos pulmões, anteriormente acionados de súbito na ocasião do nascimento (HERZOG e CÂMARA, 2021).

A catástrofe, portanto, demonstra ser uma noção produtiva do ponto de vista macro, como um contorno ao contexto da pandemia e aos elementos difusos da experiência de atravessá-la. Contudo, esse contorno amplo não se aplica apenas à dimensão coletiva da pandemia - tal como proposto por Birman (2020), em uma leitura que circunscreve o coletivo à catástrofe e o individual ao trauma - e consiste em uma ferramenta pertinente para a compreensão também do eixo singular e subjetivo.

Por outro lado, Vertzman e Romão-Dias (2020) ponderam que o discurso que visa estabelecer aproximações entre catástrofe e trauma como forma de almejar generalizações representa um caminho delicado, sobretudo para a psicanálise, uma vez que o trauma, ainda que possa estar circunscrito à catástrofe, diz respeito a uma resposta sempre singular. Logo, tão necessárias quanto a aproximação entre catástrofe e trauma no contexto da pandemia (Birman, 2020) são as marcações de suas distinções.

3 CATÁSTROFE E TRAUMA

Se na catástrofe temos uma situação de “tensão máxima entre a vida e a morte” (VERTZMAN e ROMÃO-DIAS, 2020, p. 274), num achatamento da “individualidade e a descontinuidade entre os sujeitos” (idem, p. 273), algo que pode ensejar

compreensões generalistas, no trauma temos notícias da inscrição singular das vivências em relação ao psiquismo de cada sujeito. Nesse sentido, expressões como “trauma coletivo” se demonstram imprecisas, pois as incisões feitas ou reabertas, bem como as respostas que delas derivam, são sempre específicas, e mesmo que o traumático esteja presente de forma inegável na pandemia há nuances que o distinguem entre os sujeitos. Ademais, ainda que a catástrofe seja um termo que evoque cadeias de significantes como “humanitária” ou “ambiental”, remetendo a proporções que extrapolam o sujeito, há também uma vivência psíquica da catástrofe que não se equipara ao traumático, embora possa incluí-lo - e que frequentemente o faz. Portanto, é necessário explorar as nuances que aproximam e que diferenciam os dois conceitos.

De acordo com Birman (2020), as problemáticas disparadas pela crise do coronavírus, na radicalidade da ruptura das práticas de sociabilidade, englobam vivências da ordem do desamparo e falam da impossibilidade do sujeito antecipar os eventos e as fontes de perigo, remetendo-nos à elaboração de Freud em 1926 acerca da angústia real como conceito fundamental para a compreensão da inscrição do traumático no psiquismo. A partir desse referencial, Birman propõe uma cartografia sintomática dos destinos possíveis do trauma mobilizado pela crise sanitária, considerando as expressões clínicas dos caminhos de um psiquismo atingido sem a possibilidade de ativação de defesas, o que lança o sujeito em uma vivência extrema, da ordem do desalento.

O autor localiza o sofrimento da criança principalmente no campo dos sintomas hipocondríacos e de uso compulsivo de tecnologia, assim como ressalta seu lugar vulnerável em face da violência doméstica. Além disso, Birman destaca o impacto da suspensão das atividades escolares e sociais como motivadoras de um incremento na angústia, que escancara o desamparo fundamental em pleno processo de elaboração. Entretanto, considerar as expressões sintomatológicas dos adultos, mesmo naquilo que não se apresenta diretamente como correlato à manifestação de sofrimento da criança, se faz necessário, uma vez que esses sinais de angústia potencialmente compõem o ambiente no qual a criança está inserida, produzindo reverberações psíquicas significativas.

A partir dessa consideração, trazemos o contorno teórico de Ferenczi, cuja obra dedica um lugar central à problemática do trauma e sua relação com o ambiente. Para Ferenczi o trauma comporta, de forma semelhante à catástrofe, um elemento temporal de súbito, além de uma característica intensidade de excitação. Diante da impossibilidade de reações aloplásticas, ou seja, da ausência de condições para ações sobre o mundo que modifiquem a situação causadora do choque, experimenta-se uma invasão no psiquismo que, incidindo sobre o sentimento de si e sobre a vitalidade, enfraquece a pulsão de vida e engendra alterações no próprio ego, as chamadas reações autoplásticas (FERENCZI, 1931/2011).

Em “O problema da afirmação do desprazer”, Ferenczi (1926/2011) discorre sobre o processo por meio do qual a criança torna-se capaz de tolerar a condicionalidade gradativamente maior que incide sobre seu desejo onipotente. Através de uma gradual introjeção do desprazer experimentado nos primeiros anos de vida, a distância entre o desejo e a satisfação pode se tornar maior ao passo que a criança amplia suas possibilidades de incluir a realidade externa no seu ego. A baliza desse importante processo é dada pelo que Ferenczi chama de “máquina de calcular” da criança, um parâmetro singular que o sujeito cria para si através das experiências sensoriais agradáveis e desagradáveis no mundo, e que estabelece que intensidades e qualidades de desprazer são suportáveis para o ego e quais não são.

No caso de um evento traumático, o desprazer experimentado excede o grau de tolerância do ego, tornando-se intransponível e, portanto, engendrando processos defensivos. Entretanto, o autor trabalha com a concepção segundo a qual mesmo a invasão experimentada no trauma ainda pode ter dois caminhos: um estruturante, no qual, por meio da resposta ambiental facilitadora, a vivência pode ser afirmada e introjetada, fortalecendo a pulsão de vida, e um desestruturante. Para Ferenczi (1931/2011), a defesa mais significativa nos casos de trauma precoce consiste na clivagem, mecanismo primitivo no qual o ego abre mão de uma parte de si, numa subtração psíquica que tenta fazer frente à angústia irrepresentável provocada pela situação traumática.

Presente na constituição psíquica de modo geral, a clivagem é uma operação de evitação radical de algo referente à realidade psíquica, resultando numa negativização extrema que rompe a processualidade elaborativa e enquista

elementos, antes mesmo que eles sejam simbolizados (GREEN, 1990/2017). A clivagem é um mecanismo de defesa primitivo, relativo à relação com o objeto primário, ou, como Green (1990/2017) denomina, o objeto absolutamente necessário. Diferentemente do recalque, que também é uma operação defensiva, a clivagem incide sobre elementos que ainda não foram inseridos numa teia representativa, de modo que a dissociação que ocorre nesse caso é entre afetos e o próprio processo elaborativo, e não entre afeto e representação como na defesa neurótica clássica.

Assim como o recalque, a clivagem pode agir como instrumento de proteção saudável do espaço psíquico e ter efeito estruturante. Porém, por ser típica de processos primitivos da constituição psíquica, a clivagem excessiva compromete o estabelecimento suficientemente estruturante das fronteiras do sujeito. A predominância desse mecanismo acaba, também, por produzir uma idealização e uma imobilização do objeto primário, que não pode ser negativizado – ou seja, não pode ser perdido, tampouco simbolizado. Mais além, tal dificuldade de simbolização se manifesta como uma dificuldade de pensar, como um sentimento de mutismo psíquico que reflete o peso dos hiatos do pensamento sobre os núcleos isolados de conteúdos (GREEN, 1990/2017).

Essa operação de defesa provoca, num primeiro momento, uma desorientação psíquica, que permite que a percepção do sofrimento seja momentaneamente suspensa por ação da fragmentação. Aqui, portanto, temos um componente intrapsíquico, que diz respeito ao processamento singular de um choque traumático. O segundo momento do trauma, então, é aquele no qual a criança busca no ambiente alguma resposta que contribua para a restituição da sua coesão psíquica, mas não a obtém (FERENCZI, 1931/2011).

A ênfase dada por Ferenczi aos fatores ambientais do trauma permeia sua obra, mas em 1932 o autor introduz os conceitos marcantes, e que se mostram pertinentes para o avanço nas questões aqui propostas. Neste artigo, destacaremos o desmentido, momento no qual a busca da criança por proteção do adulto num momento posterior a um choque traumático resulta numa negação da experiência. Por diferentes razões, que fundamentalmente atestam a dificuldade psíquica do próprio adulto em sustentar o relato da criança, o sofrimento não pode ser reconhecido e,

assim, torna-se mais difícil de ser afirmado e representado, colocando em marcha processos defensivos primitivos e radicais (FERENCZI, 1932/2011).

Trata-se de uma compreensão necessária para se pensar os atravessamentos da pandemia na constituição psíquica, uma vez que, dada a proporção do fenômeno, o ambiente adulto, de maneira geral, se encontra mobilizado em múltiplas dimensões, tocado nas inscrições próprias de desamparo, o que pode interferir na função de acolhimento e metabolização dos afetos da criança, inclusive na prática clínica, como veremos mais adiante.

Assim, o desmentido tem lugar central na experiência da pandemia, tanto em uma perspectiva coletiva quanto singular. No Brasil, a tônica negacionista e mesmo debochada do governo federal representou uma enorme invalidação da tragédia nacional de mais de 680 mil mortes e milhares de pessoas com sequelas agudas e crônicas da doença. A ausência de qualquer suporte simbólico, juntamente com o discurso desimplicado e por vezes sadicamente jocoso da liderança política do país, representou importante incremento no desamparo experimentado pela população brasileira, sobretudo a parcela mais vulnerável social e economicamente, lançada deliberadamente ao desalento (BIRMAN, 2020).

Neste momento, portanto, três dimensões importantes da compreensão ferencziana do trauma nos são particularmente pertinentes para as posteriores discussões. A primeira delas diz respeito ao papel da resposta do ambiente à criança que experimenta um choque traumático. A segunda consiste nos fatores temporais envolvidos na processualidade da experiência traumática, tanto no caráter súbito do choque quanto no fato de o trauma se dar pela conjunção de acontecimentos circunscritos a dois tempos. Por fim, temos o valor atribuído a elementos singulares da constituição psíquica que interferem na capacidade de representação daquilo que é vivido, e que nos permitem compreender uma situação complexa como a pandemia de Covid-19 em seu caráter potencialmente traumático de forma não generalista. Essas variáveis compõem o campo psíquico ao longo da vida. Contudo, seus elementos mais centrais possuem inscrições primitivas, ligadas às relações iniciais e ao ambiente de constituição subjetiva.

4 A CLÍNICA COM CRIANÇAS

A pandemia de Covid-19 impôs, de forma súbita, desafios complexos à prática psicanalítica. A interdição do compartilhamento do espaço físico devido à ameaça da contaminação pelo patógeno deslocou o *setting* para a modalidade remota. Apesar de viabilizar a continuidade do trabalho, esse remanejamento provocou abalos bastante específicos à clínica. No caso dos atendimentos de crianças, nos quais a presença do corpo e a sensorialidade compõem elementos fundamentais do encontro analítico, as especificidades em torno das sessões remotas convocam reflexões ainda mais atentas.

Ao longo da travessia da pandemia, psicanalistas vêm refletindo acerca das dimensões que demandam adaptação técnica e referencial teórico para que se possa dar contorno à complexidade da experiência da análise no contexto da crise sanitária. Capoulade & Pereira (2020) ponderam que, embora o recurso do atendimento remoto não configurasse algo de todo inédito, tratava-se de um formato encarado com forte resistência e desconfiança, e frequentemente restrito a situações pontuais. Com a pandemia, os autores identificam uma confusão dos espaços pessoal e de trabalho, uma perda de fronteiras que constituem importantes elementos na construção do *setting*, e afirmam que o que distingue o atendimento presencial do remoto não é meramente a geografia. Nesse sentido, a questão se direciona para o que sustenta uma análise nessas condições, em especial a análise de crianças.

Uma ponderação vital diz respeito ao abalo ao par analítico (AZEVEDO, 2020) e à perturbação da dissimetria necessária à clínica (SOUZA, 2021). As dificuldades impostas ao *setting* são sobrepostas por desafios existenciais diversos, na medida em que ambos os participantes da cena analítica estão mobilizados em seus elementos infantis diante da concretude do desamparo causado pela ameaça condensada pela doença, tendo sua condição mortal sublinhada pela angústia vivida na perda da continuidade do *modus vivendi* (AZEVEDO, 2020). No caso da clínica com crianças, esses elementos se encontram sublinhados pela simultaneidade entre o infantil psíquico e a infância cronológica, compondo uma situação analítica repleta de especificidades.

Dessa maneira, o par analítico é direcionado a um lugar de regressão, no qual angústias primitivas ensejam um recrudescimento do superego diante do medo do contato físico, potencialmente agudizando traços obsessivos e fóbicos, ou mesmo reverberando marcas de ordem esquizo-paranóides, diante das ameaças reais trazidas pelo vírus. Trata-se de um paradoxo, no qual, para a preservação dos *selves* e da própria possibilidade de continuidade do trabalho, foi necessário regredir a conteúdos mais arcaicos. Entre as repercussões significativas desse estado regredido, Azevedo (2020) destaca a ameaça à função alfa e à *rêverie*, ou seja, à capacidade do analista de metabolizar os conteúdos irrepresentáveis do paciente no encontro analítico.

A autora enfatiza que há circunstâncias em que a criança se apoia na onipotência do analista no trabalho clínico, e que a constatação de que o analista não escapa às leis da realidade, estando inclusive ele sujeito às ameaças da pandemia, pode ser inoportuna ou ansiogênica para o paciente. Em outras palavras, é preciso poder ignorar ou mesmo negar a vulnerabilidade humana do analista em determinados momentos, e a pandemia surge como um período em que, ao mesmo tempo que essa necessidade se intensifica, fica evidente a sua impossibilidade. O analista se torna real aos olhos da criança, e isso produz efeitos. Por outro lado, essa diminuição da dissimetria entre analista e analisando pode ser um elemento de proximidade e de fortalecimento da aliança terapêutica. Por vezes, a mudança do pronome “você” para “nós” nas falas do analista em torno das angústias experimentadas na pandemia atua como uma marcação importante dessa realidade compartilhada¹. Em alguns casos, foi preciso esclarecer que o impedimento das sessões presenciais consistia em uma conduta de resguardo de ambos os participantes do encontro analítico, sustentando um deslocamento do lugar do analista.

¹ Proposta feita por Règine Prat, mencionada em comunicação pessoal de Regina Orth de Aragão.

5 VINHETA CLÍNICA

Como exemplo desse abalo, trazemos José, à época com 8 anos, que vinha sendo atendido semanalmente pela terapeuta em último ano de formação há oito meses no Serviço de Psicologia Aplicada da PUC-Rio quando a pandemia se instalou, em março de 2020. A criança chegara ao SPA por conta da queixa da mãe a respeito de enurese, que, salvo por breves períodos, jamais havia cessado completamente ao longo da vida do menino.

Dentre as questões trabalhadas nas sessões, vieram à tona elementos da dificuldade da travessia edípica da criança, que vivencia um nó entre uma mãe muito amorosa e fálica, e um pai que, embora casado com a mãe do menino, ocupa um lugar distanciado afetiva e pragmaticamente da rotina da família. Nesse cenário, a mãe frequentemente acaba por ocupar funções e espaços diversos, sem que se possa estabelecer uma separação suficiente entre ela e o filho. A dificuldade de José apontava para uma grande ambivalência acerca da construção de um lugar psíquico próprio, o que fazia eco no hábito de dormir no quarto dos pais com frequência ou na mobilização de incursões frequentes da mãe ao seu quarto durante a noite para que o levasse ao banheiro para urinar, visando evitar acidentes na cama.

Quando a pandemia irrompe, os atendimentos do SPA precisam ser formalmente suspensos, em função do veto do Conselho Federal de Psicologia à atividade de estágios remotos, vigente na época e posteriormente revisto. São realizados, então, telefonemas semanais de acompanhamento, para a preservação do vínculo terapêutico até novas orientações do Conselho, que somente instituíram o atendimento remoto pelos SPAs das universidades no segundo semestre de 2020.

Aqui temos, portanto, uma catástrofe dentro da catástrofe, uma vez que não só foi suspensa a possibilidade de trabalho presencial como foi vedada a realização do trabalho como um todo, colocando o par analítico em um profundo impasse, produtor de tensões significativas para além daquelas mobilizadas pela própria crise sanitária. Para a terapeuta, foram patentes os sinais da angústia compartilhada, não só pela conjuntura como pela especificidade das circunstâncias clínicas enfrentadas. Era fonte de inquietação que ela, invariavelmente sujeita aos afetos despertados pelo

contexto, pudesse prosseguir com sua análise pessoal sem poder garantir que seus pacientes tivessem assegurado o acesso ao mesmo recurso.

Num primeiro momento, José, que começava a experimentar períodos mais frequentes de remissão da enurese conforme podia se aventurar mais na direção de suas questões em sessão, vivencia um recrudescimento do sintoma, que então é temporariamente substituído por um comportamento alimentar compulsivo. Outros dois elementos desse período também se apresentam à terapeuta de forma destacada. O primeiro deles é a gradual apropriação do tempo das chamadas semanais de acompanhamento pela mãe, cujas angústias e demandas anteriores à pandemia não puderam ser contidas diante da necessidade de escuta, refletindo um movimento já existente na dinâmica familiar que se aproveita da flexibilidade necessária que é oferecida. O segundo consiste na dificuldade de José compreender o que estava acontecendo, em meio ao ambiente familiar sobrecarregado de tensão e à falta dos outros contornos até então providos pela escola e outras atividades desempenhadas pelo menino. Foi necessário explicar ao longo de diversas semanas à criança que a terapeuta também se encontrava em casa, e não no SPA (referido insistentemente pelo paciente como “aí”), pois os procedimentos de cuidado e proteção contra o contágio também a incluíam.

Dessa maneira, entendemos que o menino precisou, por um tempo, preservar a terapeuta num lugar fálico, semelhante àquele mantido pela mãe, diante do atordoamento provocado pelo súbito confinamento. O manejo desse engasgo se deu no sentido de construir a possibilidade de incluir a terapeuta na realidade vivida coletivamente, buscando outras formas de continência que não pela via da onipotência. Já para a mãe de José, o transbordamento das aflições pessoais nos telefonemas direcionados ao contato com o menino, gradualmente dominando a totalidade do tempo semanal de contato, impôs um embaraço acerca de quem estava no lugar de paciente. Já do ponto de vista contratransferencial, ficam evidentes as mobilizações decorrentes da dupla incisão sobre o *setting*, a partir da qual a relação terapêutica se vê no fio da navalha entre um acolhimento necessário e um atendimento interdito, colocando em questão não só questões de manejo clínico como também éticas.

Por meio da reflexão acerca desses impasses, temos notícias sobretudo da busca por alguma forma de restabelecimento de uma continuidade. Podemos extrair, também, que há algo do momento singular da análise em questão, que tencionará mais ou menos as condições do trabalho. Ademais, temos nesse exemplo clínico elementos transferenciais significativos que indicam um os desafios do manejo de uma situação complexa e inédita, desprovida de gabarito, e que falarão da possibilidade ou não de o paciente incluir no encontro clínico notícias do seu confronto com a realidade e com o caráter humano e vulnerável do terapeuta (Azevedo, 2020).

Nesse sentido, um fator complicador do trabalho analítico na pandemia é representado pelo excesso de realidade que invade o *setting*, carregando motivos reais para o sofrimento que não podem ser desmentidos. Isso representa uma ameaça ao que Figueiredo (2020), a partir de Green, identifica como matriz ativa do trabalho analítico, exigindo um esforço em favor de algum grau de negatização da intrusão da realidade, porém sem desmenti-la, para que o sonhar e o brincar possam ocorrer. Ademais, o autor considera que o atendimento remoto se dá num paradoxo recíproco entre afastamento e invasão, uma vez que analista e analisando se veem sujeitos a interrupções e intrusões por fatores domésticos ou tecnológicos, mais ou menos expostos à percepção um do outro (FIGUEIREDO, 2020). A criança em atendimento remoto transita de maneira destacada por essa permeabilidade do *setting* à sua realidade cotidiana, inclusive conduzindo ativamente o analista a percorrer seus espaços e objetos, o que representa uma fonte rica de comunicações inconscientes, o que rende investigações específicas.

Outras repercussões dos deslocamentos impostos à clínica incluem uma sensação de cansaço mental, de dificuldade de pensar e de uma certa suspensão da sensibilidade (SILVA, 2020). Esses “sintomas” experimentados pelo analista encontram raízes tanto na demanda aumentada de trabalho psíquico quanto numa certa tentativa de reprodução, no online, do trabalho realizado presencialmente. Portanto, é necessário preservar uma postura de suspensão das próprias mobilizações em favor da escuta do paciente, sem, contudo, eliminar da cena o caráter compartilhado da experiência, numa recusa ativa de uma postura “invulnerável e onipotente” (FIGUEIREDO, 2020).

Os desafios até aqui mencionados convergem, logo, para a questão do trabalho do analista em preservar sua capacidade de pensar, de brincar e de sentir com, mesmo sob o empuxo de angústias existenciais também sentidas pelos pacientes. Assim, destaca-se a importância de uma depuração dos conteúdos e sensações primitivas mobilizados na pandemia como condição de possibilidade para a escuta.

Considerada por Guignard (1997) como instrumento de trabalho, a estrutura psíquica do analista mobiliza-se, no encontro com o que a autora denomina infantil-no-analisando, em seus aspectos ligados ao arcaico, ou seja, dimensões fundamentais da constituição psíquica que, a depender, segundo a autora, do seu próprio percurso de análise, poderão representar maior ou menor risco de configurar um ponto cego ao trabalho. Na pandemia, esses pontos arcaicos podem estar ainda mais sensíveis, particularmente operantes na transferência e contratransferência.

Ainda que o infantil seja um aspecto do psiquismo que permeie qualquer encontro analítico, na clínica com crianças isso se coloca de forma destacada, uma vez que os processos de constituição psíquica e de simbolização se encontram em um momento primordial de sobreposição entre o infantil e a infância. Guignard (1997) cita Brusset ao definir o infantil como um “lugar psíquico das emergências pulsionais iniciais e irrepresentáveis” e complementa afirmando se tratar de um ponto aguçado de afetos composto por uma “liga de pulsional e de estrutural flexível” (idem, p.17) que constitui “a matriz da passagem do pulsional para o psíquico” (idem, p. 21). Já a infância consiste em uma fase do ciclo vital com determinada duração no tempo, recente historicamente enquanto categoria distinta da adolescência e da vida adulta, bem como momento do desenvolvimento merecedor de atenção e cuidados fundamentais, que reverberam ao longo da vida. Nesse sentido, a clínica com crianças se dá num terreno de simultaneidade, para o analisando, entre infância e infantil, o que provoca mobilizações particulares no par e demanda especificidades de manejo ao analista.

A criança em análise durante a pandemia traz para o *setting* remoto suas questões singulares em termos de constituição psíquica dentro de um contexto de isolamento social e de restrições profundas às atividades cotidianas. No desafio de elaborar tais vivências, de inscrevê-las na processualidade da simbolização (esforço considerável também para os adultos), a criança se vê com frequência num lugar

marcado pelo potencial do traumático. Além disso, o caráter difuso das privações impostas pela Covid-19 torna relevante considerar a diversidade das inscrições de ruptura e de descontinuidade na experiência da criança trazidas à clínica, assim como suas repercussões transferenciais e contratransferências.

Guignard (1997) afirma que o jogo de moções ativas e latentes entre os dois polos do infantil no encontro analítico são fundamentalmente narcísicas, ou seja, essencialmente arcaicas. A autora ressalta, então, que o psicanalista deve investir o próprio infantil como forma de permitir uma “constante escuta do ponto de entrada no pulsional no psíquico” (idem, p. 24), mantendo fora do recalçamento a excitação causada pelo infantil do analisando, pois é isso que viabiliza a escuta e resguarda o trabalho analítico do risco de conluio entre o infantil de cada um dos integrantes da cena. Caso contrário, estabelecem-se falhas na comunicação transferocontratransferencial, resultando em “manchas cegas”, que apontam para uma queda no nível de funcionamento do analista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, abordamos a problemática do trabalho psicanalítico com crianças na pandemia. Introduzimos a questão por meio do conceito de catástrofe, presente no referencial da dramaturgia grega, como marca fundamental a incidência de uma descontinuidade narrativa radical, que estabelece, de forma irreversível, um antes e um depois (VERTZMAN e ROMÃO-DIAS, 2020). Dentro do escopo da psicanálise, em relação à temática aqui trabalhada, a catástrofe se faz presente por meio do conceito de Ferenczi em “Thalassa” (1924/2011). O autor estabelece relações entre fenômenos de ordem filogenética com pontos de transformação da trajetória ontogenética, atribuindo um valor fundamentalmente morfogênico a pontos de não retorno experimentados não só pela espécie humana como pelo sujeito.

Em relação à pandemia de Covid-19, Herzog e Câmara (2021) conferem destaque à relação entre a catástrofe da transição da vida aquática para a terrestre e o nascimento, ou seja, a mudança do ambiente intrauterino para o exterior do corpo materno. Nesse ponto, a vivência primitiva da urgência pela respiração pulmonar, subitamente instaurada pela mudança de ambiente, é reatualizada na angústia

provocada pela doença causada pelo novo coronavírus, que coloniza e compromete os pulmões, causando uma morte marcada pela agonia, permeando o imaginário coletivo.

Em seguida, reverberamos a necessidade de considerar a dimensão traumática da travessia da pandemia, sobretudo no que concerne as mobilizações psíquicas referentes ao desamparo (BIRMAN, 2020). Ponderamos, também, acerca da importância de compor os campos da catástrofe e do trauma em termos de suas aproximações e distinções, uma vez que o traumático consiste em uma vivência potencial dentro do escopo de um fenômeno radical, e não um destino teleológico ou uma experiência generalizável (VERTZMAN e ROMÃO-DIAS, 2020).

Com o objetivo de delimitar adequadamente o campo de entendimento do traumático, introduzimos a teoria de Ferenczi, na qual essa problemática ocupa lugar central, produzindo desdobramentos teórico-clínicos significativos à contemporaneidade e pertinentes à conjuntura da pandemia. Destacamos a relação entre o trauma e a constituição psíquica por meio do processo de introjeção gradual de experiências de desprazer que, ao marcarem a paulatina constituição da alteridade, conferem à criança algo como um repertório segundo o qual uma vivência relacional ou pulsional é sentida como tolerável ou não (FERENCZI, 1926/2011).

Em seguida, enfatizamos o abalo provocado pela pandemia à dissimetria necessária ao trabalho psicanalítico, na medida em que analista e analisando se veem sob semelhante ameaça real, como uma fonte significativa de impasses transferenciais e contratransferenciais, o que foi ilustrado por meio de vinheta clínica (SOUZA, 2021). A partir de Guignard (1997), avançamos na direção do valor dos substratos psíquicos primitivos que se colocam na relação transferencial, e que exigem uma atitude de vigilância interessada do analista, no sentido de colher dos elementos infantis percebidos na relação como instrumentos para o próprio trabalho.

Considerando Guignard (1997), em articulação com Souza (2021), podemos ponderar que a dificuldade de concentração e o cansaço nos atendimentos remotos apontam para um abalo na capacidade de pensar do analista, substancialmente em função das moções arcaicas potencializadas pelo desamparo comum escancarado pela pandemia. Assim, o esforço de pensamento se vê aumentado, e se faz

necessário um empenho em proteger a *rêverie* do analista para que se possa exercer um modo adequado de presença em reserva e de continência (Figueiredo, 2020).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. J. M. de (2020). Psicanálise virtual de crianças: Reflexões sobre o novo contexto analítico e a psicopatologia “pandêmica”. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, 2(40). <https://doi.org/10.51356/rpp.402a3>.

BIRMAN, J. (2020) **O trauma na pandemia do coronavírus**. Civilização Brasileira.

CAPOULADE, F.; PEREIRA, M. E. C. (2020). Desafios colocados para a clínica psicanalítica (e seu futuro) no contexto da pandemia de Covid-19. Reflexões a partir de uma experiência clínica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 23(3), 534-548. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p534.6>.

FERENCZI, S. (2011) Adaptação da família à criança (1927); Elasticidade da técnica (1928); Reflexões sobre o trauma (1931); Confusão de línguas (1932) in **Obras completas**. São Paulo: Martins Fontes, v. IV.

FIGUEIREDO, L. C. (2020) A virtualidade do dispositivo de trabalho psicanalítico e o atendimento remoto. **Cadernos de Psicanálise | CPRJ**, v. 42, n. 42, p. 61–80.

GREEN, A. (1990/2017) **A loucura privada**. Editora Escuta.

GUIGNARD, F. (1997) **O infantil ao vivo**. Imago.

HERZOG, R.; CÂMARA, L. (2021) **Ferenczi e a catástrofe: ruptura dos limites**. Trivium: Estudos Interdisciplinares, Ano XIII, Ed. 2. p. 62-77. <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2021v2p.62>

SOUZA, O. (2021) **Conferência CPRJ**, plataforma Zoom, 9 de outubro de 2021.

VERTZMAN, J.; ROMÃO-DIAS, D. (2020) Catástrofe, luto e esperança: o trabalho psicanalítico na pandemia de Covid-19. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, 23(2), 269-290.

“TODO DIA A GENTE NÃO SABE COMO VAI EMBORA”: PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE AGENTES SOCIOEDUCADORES

Cristiane Barros Marcos

Janine Kielling Monteiro

Kamila Nunes Pires

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Vanessa Ruffatto Gregovski

RESUMO: Introdução. O agente socioeducador tem papel fundamental no cuidado aos adolescentes em conflito com a lei que estão cumprindo medidas socioeducativas, pois promove a ressocialização e mantém a segurança. Objetivo. Analisar vivências de prazer e sofrimento de agentes socioeducadores e suas influências na saúde mental. Metodologia. Estudo descritivo, qualitativo, pautado na Psicodinâmica do Trabalho. Realizou-se entrevistas semiestruturadas com treze agentes socioeducadores de uma instituição do sul do Brasil. Utilizou-se análise de conteúdo de Bardin, com criação de categorias *a posteriori*. Resultados. O prazer no trabalho foi associado ao reconhecimento financeiro, desenvolvimento pessoal no trabalho e vínculo com os adolescentes. Em relação ao sofrimento, ressaltaram-se as condições de trabalho precárias e sobrecarga de trabalho, agravada pela falta de pessoal e necessidade de horas extras. Evidenciou-se ausência de reconhecimento por parte da sociedade. Conclusões. Sugere-se a construção de um espaço coletivo para circulação da palavra, com escuta qualificada, no qual os trabalhadores possam refletir sobre seu trabalho e situações que provocam sofrimento, encontrando estratégias que permitam sua ressignificação.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores. Prazer. Sofrimentos. Centros de readaptação social. Saúde mental.

ABSTRACT: Introduction. The socio-educational agent has a fundamental role taking care of young offenders complying socio-educational measures, because promotes resocialization and maintains security. Objective. Analyze experiences of pleasure and suffering of socio-educational agents and their influences on mental health. Methodology. Descriptive, qualitative study, based on the Psychodynamics of Work. Semi-structured interviews were conducted with thirteen socio-educational agents from an institution in southern Brazil. Bardin's content analysis was used, with the creation of categories *a posteriori*. Results. Pleasure at work was associated with financial recognition, personal development, and the bonds with the teenagers. About suffering, the precarious working conditions and work overload were highlighted, aggravated by the lack of staff and the need for overtime. There was an absence of recognition by society. Conclusions. It is suggested to build a collective space for circulation of the word, with qualified listening, in which workers can reflect on their work and situations that cause suffering, finding strategies that allow their resignification.

KEYWORDS: Workers. Pleasure. Suffering. Prisons. Mental health.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de trabalho contemporâneo entrou em crise. As formas de acumulação, dominação e exclusão em espiral praticadas pelo capitalismo não têm mais como serem sustentadas. Precisa-se com urgência de um Estado mais protetor que repense lógicas praticadas pelo capital fictício e pelo trabalho produtivo operante,

ou o número de adoecimento mental associado ao trabalho, ou a sua falta, será insustentável. No serviço público brasileiro há outro agravante, a crise econômica e política, que tem gerado sérias consequências na saúde dos trabalhadores, servidores públicos, e diversas dificuldades relacionadas à Organização do Trabalho (OT), como: sucateamento dos materiais, déficit de profissionais, atraso salarial, sobrecarga laboral e violência/assédio moral no trabalho (ALBUQUERQUE, ARAUJO, 2018; ARAUJO; MORAIS, 2017; GUIMARÃES; FERREIRA, 2020; GUIMARÃES *et al.*, 2017; SENA *et al.*, 2021).

Nas instituições brasileiras responsáveis pela internação e socioeducação de adolescentes em conflito com a lei, a situação dos servidores públicos não é diferente. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, o que deveria impactar no tratamento dos que estão em conflito com a lei. No entanto, as instituições responsáveis pela privação de liberdade destes jovens revelam uma triste realidade. Configuradas na prática como instituições totais, estão distantes das condições necessárias para garantia dos direitos. E apresentam uma realidade de trabalho fatigante, de isolamento social e risco psicossocial elevado aos seus trabalhadores (BRASIL, 1991; SILVA, 2012; TESSARO *et al.*, 2019; TESSARO; MONTEIRO, 2019).

O trabalho do agente socioeducador (ASE) está voltado para educação, cuidado e segurança dos adolescentes em conflito com a lei que estão em cumprimento de medida socioeducativa, na modalidade de semiliberdade ou internação. Cabe a este profissional promover a ressocialização e manter a segurança destes jovens, porém, evidencia-se um paradoxo em meio a dicotomia: educar ou vigiar (BASARGLINI; VAILLANT, 2018). O ASE percebe um distanciamento entre realidade vivenciada e princípios do ECA, pois a instituição não viabiliza espaço para práticas educativas libertadoras da condição de vulnerabilidade e marginalidade em que se encontram os adolescentes (BASARGLINI; VAILLANT, 2018).

Os ASE vivenciam ameaças e experiências de violência física e psicológica constantes na sua atividade laboral (FEIJÓ, 2015; KERSTING, 2016). O sofrimento e o adoecimento psíquico se relacionam ao seu trabalho. Eles apresentam medo, transtornos psiquiátricos menores e estresse; altos índices de ansiedade e depressão, e baixos escores de qualidade de vida (FEIJÓ, 2015, KERSTING, 2016;

CODINHOTO, 2014). Porém, é necessário ampliar o entendimento dos fatores que têm contribuído aos danos à saúde mental relacionados ao trabalho desses profissionais e, dadas as especificidades da política pública brasileira em relação às medidas socioeducativas, estudos com ASE não são encontrados em outros países.

Os achados da literatura sugerem que a instituição, para alguns ASE, pode ser percebida como um lugar repressivo em que existem muitas regras que se inclinam ao disciplinamento e à vigilância, havendo pouco ou nenhum diálogo (BASARGLINI; VAILLANT, 2018; BAGALHO; MORAES, 2017). A instituição, como dispositivo de controle social e responsável pelo cumprimento das medidas socioeducativas, costuma ter regras e gestão rígidas, semelhantes às do sistema penitenciário, aproximando a função do ASE a de um agente penitenciário.

Estudos internacionais indicam que o trabalho no sistema penitenciário está associado ao sofrimento mental e risco de estresse, decorrentes de estressores organizacionais, como estrutura organizacional (metas e políticas pouco claras, baixa autonomia, falta de apoio e de justiça organizacional) e clima de trabalho (ALBUQUERQUE; ARAUJO, 2018; FINNEY *et al.*, 2013; GHADDAR; RONDA; NOLASCO, 2011). O agente penitenciário lida com condições de trabalho precárias (materiais e humanas), ambiguidade e conflitos de papéis, baixa valorização ou depreciação social do seu trabalho, sensação de insegurança e medo da violência constantes, privação intramuros do convívio social, sobrecarga e vigilância do seu trabalho (ALBUQUERQUE, ARAUJO, 2018; BEZERRA *et al.*, 2016; LOURENÇO, 2010; TSCHIEDEL; MONTEIRO, 2013).

Diante do elevado número de afastamento do trabalho, atestados, medicalização e busca por atendimentos psiquiátricos/psicológicos de ASE, relatados por profissionais da área de saúde e segurança do trabalho de uma instituição localizada no sul do Brasil, surgiu a demanda e foi iniciada uma pesquisa, em março de 2018. O objetivo deste artigo foi analisar vivências de prazer e sofrimento de ASE e suas influências na saúde mental. Utilizou-se o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho (PdT).

Para a PdT, todo trabalho produz sofrimento diante das contradições e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no real do trabalho, pois há disparidade entre seus desejos e o que vivenciam na OT, já que é a instituição que prescreve

condutas laborais. A OT abarca e articula o trabalho prescrito (normas impostas) às vivências concretas do trabalho real. O sofrimento pode ser agravado quando o trabalhador não vê sentido em seu fazer, não se sente apoiado ou não recebe reconhecimento, deparando-se com fracasso e solidão (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994; MONTEIRO *et al.*, 2017; MATTOS, MERLO, ANDREAZZA, 2019; PENA *et al.*, 2021).

Por outro lado, o trabalho pode produzir prazer e saúde mental quando a OT é favorável e permite conciliar interesses organizacionais às necessidades do trabalhador, estabelecendo um espaço de protagonismo e negociação para gerir e modificar formas de execução de atividades, usando inteligência prática (DEJOURS; ADDENDUM, 2008). A promoção de saúde mental no trabalho é facilitada pela sublimação (trabalho com sentido social) ou pela busca de superação do sofrimento, quando é viável transformá-lo em sofrimento criativo. Para isto, é crucial ter cooperação e confiança no processo de manutenção da saúde mental em um ambiente laboral, inclusive pelo intermédio do resgate do sentido do trabalho, aspectos cada vez mais raros na conjuntura atual do trabalho (MORAES; VASCONCELOS; CUNHA, 2012; MENDES; ARAUJO, 2010; FERREIRA; MACEDO; MARTINS, 2015).

2 MÉTODOS

Esta pesquisa é derivada de um projeto maior. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e transversal.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de ensino superior na qual os pesquisadores se vinculam. Ademais, recebeu-se a anuência da instituição participante.

Participaram treze ASE que atuavam em uma instituição responsável pela execução de medidas socioeducativas, distribuídos em sedes de três municípios da Região Sul do Brasil. Todos se voluntariaram e foram acessados pelos contatos disponibilizados na primeira fase da pesquisa.

Foram utilizadas entrevistas individuais semiestruturadas, que ocorreram pela internet, telefone ou presencialmente. A entrevista é um instrumento interrogativo,

caracterizando-se pela flexibilidade. Sendo semiestruturada permite maior expressão e liberdade de resposta (BONI; QUARESMA, 2005; GIL, 2010; GIL, 2008; FLICK, 2009). O roteiro utilizado buscou priorizar a escuta dos trabalhadores, com enfoque sobre contexto de trabalho e suas repercussões na saúde.

As entrevistas tiveram seu áudio gravado e transcrito. A seguir, procedeu-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) com categorias criadas *a posteriori*. As falas foram analisadas por dois pesquisadores e, em caso de discordância, recorreu-se a um terceiro. Para preservar o anonimato foram utilizadas siglas para cada participante (de P1 a P13). As categorias emergentes se referiram aos temas de prazer/sofrimento e impactos na saúde dos trabalhadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram nove homens e quatro mulheres. A maioria (n=9) em união estável, e com filhos (n=9). A escolaridade oscilou do ensino médio a Pós-Graduação, sendo a maior parte (n=5) com ensino superior completo. A idade variou de 25 a 52 anos e o tempo de trabalho na instituição de um a 21 anos. Quase todos realizavam horas extra (n=12) e não trabalhavam em outros locais (n=12). A maioria já se afastou do trabalho (n=9), sendo que muitos (n=7) buscaram tratamento para saúde mental (psicológico/psiquiátrico) depois de ingressarem na instituição, fazendo uso regular de medicação controlada.

Observa-se dados preocupantes, como a quantidade de trabalhadores que faz horas extra, indicando carga de trabalho elevada em uma profissão que exige concentração e resolutividade. Os ASE são trabalhadores concursados e atuam divididos em turnos de 12 horas, configurando 24 horas de atenção aos adolescentes institucionalizados. Para compensar a insalubridade e periculosidade laboral, os ASE costumam buscar compensação financeira, realizando grande quantidade de horas extras (FEIJÓ, 2015).

Destaca-se o número de ASE que precisaram se afastar do trabalho e buscar tratamento em saúde mental depois de ingressar na atividade. Ou seja, vê-se a saúde mental sendo prejudicada pela atuação profissional, corroborando outros estudos (GREGO *et al.*, 2012; FEIJÓ, 2015; CODINHOTO, 2014).

4 VIVÊNCIAS DE PRAZER NO TRABALHO

Em relação às vivências de prazer, destacou-se a questão financeira. Os participantes relataram que a remuneração permite manter um padrão de vida satisfatório e promover desenvolvimento pessoal, com pagamento de estudos. A estabilidade atrelada ao cargo público, remuneração e benefícios oferecidos, ocupam um papel fundamental na escolha e permanência na profissão (BASARGLINI; VAILLANT, 2018).

60

Eu não ganho mal, eu trabalho bastante por isso eu ganho mais ou menos em relação hoje a questão do mercado de trabalho. Isso faz com que eu tenha uma vida boa na rua, que é o que importa pra mim, (...) tem uma vida boa também para os teus, isso tá ótimo já. Pelo menos já tem a segurança de a gente ter um emprego que é de serviço público, então isso faz parte. (P. 6).

A utilidade do trabalho, no aspecto pessoal, destacou-se com aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Eu vejo que aprendo sempre. A gente está sempre aprendendo, evoluindo, eu sempre vejo as coisas, eu estou lá há 4 anos, e às vezes surgem situações que eu não tinha passado ainda, então eu estou sempre aprendendo, mas eu vejo que eu já tenho uma bagagem, já tenho uma certa noção boa do meu trabalho". (P. 8).

"A coisa mais importante (...) é o valor da vida, valorizar e respeitar cada um deles, tanto os adolescentes quanto colegas, têm histórias diversas de todos os lados, (...) o aspecto positivo é o aprendizado, (...) é um trabalho que tu aprende todo dia uma coisa, e aí dentro desse trabalho tu consegue deslumbrar de algumas coisas, ratificar alguns princípios que se tem de criação, educação". (P. 3).

O prazer foi relacionado ao contato com os adolescentes, em uma relação de respeito em que percebem que podem proporcionar novos olhares e mudanças de comportamentos. Também foi percebido ao conseguirem promover atividades diferentes das que estão habituados, cunhando espaços de criação ou aprendizagens.

O gratificante (...) é tu encontrar um guri regenerado, trabalhando, com a vida feita. O que, infelizmente, é muito, mas muito baixo (...) o contexto é nadar contra a correnteza (...) o aspecto positivo é você ter esse vínculo com o guri, poder conversar com ele, estar sentado e ele vir bater papo contigo (...) tem

que ser muito verdadeiro, até porque, de repente, os guris se espelham em ti". (P. 9).

Acho que aqueles momentos que a gente consegue trazer um pouquinho do ideal, de conseguir mostrar pra eles alguma coisa bacana, de conseguir colocar eles numa realidade diferente (...) tipo quando leva um livro pra eles ou coisa assim, que eles conseguem ver e tal. (P1).

Conforme exposto, o sofrimento é parte do contexto laboral, dada a dicotomia inevitável que existe entre trabalho real e prescrito, causando angústias quando há o encontro do trabalhador com o fracasso e com imprevisibilidades que emergem. Porém, é através do sofrimento que há mobilização, individual ou coletiva, para modificar o cotidiano. Entende-se este processo de mobilização como sofrimento criativo, ligado à inteligência prática e autonomia. A conversão do sofrimento em prazer se compreende como fonte de promoção de saúde psíquica (MORAES; VASCONCELOS; CUNHA, 2012).

Outrossim, também aparece ligado ao prazer no trabalho o relacionamento com colegas. Alguns ASE o citam como essencial para manter a rotina diária, criando vínculos e recebendo apoio dos pares. Mas, esse fator também surgiu como fonte de sofrimento, quando se dá de modo desagradável. Há dualidade das relações entre pares associada ao prazer e ao sofrimento (MONTEIRO *et al.*, 2017).

Tento apoiar os meus colegas e sinto que tenho o apoio deles. Eu me sinto satisfeito com o grupo e setor que faço parte. Se fosse só eu não teria como dar conta, mas com meus colegas conseguimos manter vínculos saudáveis com os guris. (P7).

Trabalho com um número reduzido, tu consegues fazer todas as atividades e exercer a tua função, até pela união da equipe que tu tens, um aspecto bom que tu tens, a união de equipe. (P5).

5 VIVÊNCIAS DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

Sobre as principais dificuldades no trabalho, diversos fatores presentes no seu dia a dia foram mencionados, indicando grande distanciamento entre modo prescrito e vivências concretas do trabalho. Situações difíceis, complexas e de periculosidade são frequentes. *Por ser um trabalho de peso, tem uma penalidade grande (na saúde), porque a gente trabalha em cima do barril de pólvora, se for pará pra pensar, tu lidar com o crime.* (P2).

Foram relatadas questões de medo ou ameaça de violência, até situações muito graves vivenciadas, como ser vítima de chantagem, ser feito refém e a morte de colegas. O medo e insegurança constantes no contexto laboral geram prejuízos à saúde. *Em janeiro teve a morte de um colega, um atentado aqui na entrada que mataram. E não mudou nada.* (P7).

É sempre tentar evitar situações onde a gente prejudique a nossa integridade, dos jovens e dos colegas. Mais nesse sentido, de todo dia a gente não saber como a gente vai embora, se a gente vai realmente embora. [...] Então a gente nunca sabe como vai ser o plantão, entendeu? Se dá uma briga ou alguma coisa, se tu vai estar machucada, então tem dias que são bem atípicos pra nós. (P4).

Em uma situação eu fique de refém, é lutar pela sobrevivência, eles queriam botar fogo em uma sala onde eu estava trancado, eu e mais um colega, daí pensamos vamos morrer brigando mas não morrer dentro de uma sala queimado não, aí brigamos. E pra mim, ali foi um marco. (P2).

Problemas relacionados à OT também foram apontados. Para a PdT (MONTEIRO *et al.*, 2017), a OT compreende: divisão das tarefas – conjunto e atribuição de tarefas entre trabalhadores; conteúdo da tarefa; ritmo; e a divisão dos homens – distribuição das responsabilidades; sistema hierárquico; tipos de gestão; relações de poder; controle. Além disso, foram mencionadas dificuldades com as condições de trabalho, incluindo ambiente físico, materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades profissionais.

Acerca da divisão do trabalho, todos participantes mencionaram a sobrecarga, relacionada a falta de pessoal (número reduzido de ASE) comparada ao número de adolescentes. *“É o número de agentes que tá faltando, teria que ter um agente a cada cinco ou seis adolescentes. E, às vezes, tu tem um agente para cada dez”* (P5). Isso tudo acaba impactando também na qualidade das tarefas realizadas.

Mais funcionários, porque geralmente a gente tá no limite assim [...] correria e correria [...] então tem ali, pra gente fazer um monte de coisa ao mesmo tempo. Número de funcionários. Tendo mais gente lá dentro, acho que tudo acabaria andando mais. (P1).

Mas a chefia entende que quando o pessoal não é o bastante, não tem como saírem as atividades, então se cancelam as atividades. (P6).

Deficiência de pessoal e superlotação de instituições também foram relatadas em estudos anteriores sobre ASE (VINUTO; ABREO; GONÇALVES; 2017) e agente

penitenciários (BEZERRA *et al.*, 2016; MARTIN *et al.*, 2012) - o que impacta na necessidade de horas extras e na sobrecarga de atividades, contribuindo no aumento do estresse laboral. Quanto ao conteúdo das tarefas (atividades de segurança e de socioeducação), os participantes citaram ter recebido capacitação deficiente e não dispor de conhecimento necessário para lidar com situações difíceis presentes na rotina de trabalho (público atendido). E, em muitos momentos, referem que não contam com o apoio dos técnicos administrativos (psicólogos e assistentes sociais) para enfrentar essas questões.

E que a gente não sabe lidar. Tinha um guri agora lá no meu setor que a gente não sabia o que fazer com aquele guri. Talvez a gente não tenha [...] voltando agora naquela coisa de capacitação, talvez isso seja importante assim. Alguma questão de como lidar, pelo menos o mínimo, de como lidar com um guri com problemas psicológicos. (P1).

[...] às vezes, a teoria que se dá em um curso de capacitação é diferente do que a gente vive lá na prática [...]. Não pera aí, tem um menino querendo se matar e um profissional da área da saúde não tiram 5 minutos para falar com ele. Tá, daí tu vai falar como qualquer ser humano, tu vai tentar acalmar o menino, qualquer ser humano mesmo que não seja psicólogo tem uma noção do que é acalmar. Mas o profissional adequado foi embora, bateu o cartão e foi embora, pera aí. (P6).

Outro estudo apontou que 55% dos ASE não fez treinamento inicial, e entre os que realizaram, muitos o consideraram deficiente para lidar com a realidade (FEIJÓ, 2015). A capacitação inicial e contínua é necessária para que possam trabalhar com mais segurança e autonomia nas decisões, evitando maior exposição a situações de violência e desgaste no trabalho (KERSTING, 2016).

Em relação à divisão dos homens, destacaram-se problemas de relacionamento com colegas, envolvendo falta de confiança, fofocas, intrigas e competição:

Os maiores problemas são em relação a colegas. Desde a convivência, acaba que é um ambiente de muita desconfiança. De problemas entre colegas, de colega falando mal de colega. Bom, o principal assunto quando a gente tá lá dentro é fofoca [...] Rola intriga até entre colega do mesmo plantão, mas de setor diferente. Então é um ambiente muito competitivo. (P1).

No trabalho com colegas ainda falta muito, sabe? Até um se preocupar com o outro, entender que aqui é um local de segurança e que todos tão aqui pra ajudar. Ainda falta muito a melhorar com relação ao relacionamento interpessoal entre colegas mesmo. (P4).

Também foi mencionada falta de apoio, da chefia e da equipe técnica, para o desenvolvimento do trabalho. Na visão dos participantes, ambos se colocam distantes, oferecem menor suporte/amparo, não têm muita acessibilidade e/ou entendimento das necessidades e da realidade cotidiana do trabalho:

Às vezes, (tem) mais chefe do que índio... não sei se tu entende. Às vezes, tem muito chefe, cada um diz uma coisa e a gente não sabe pra onde vai. (P4).

Acho que os técnicos teriam que se aproximar mais dos agentes, os agentes mais dos técnicos! Ai, talvez mais então uns trabalhos de equipes que pudesse as equipes se organizar e se afinar melhor (P6).

64

Para a PdT, confiança, cooperação e apoio são essenciais, pois as conquistas na saúde mental são potencializadas através do coletivo de trabalho. Assim, parte das patologias no trabalho são causadas pelo sentimento de isolamento e solidão (MENDES; ARAUJO, 2010).

Quanto às condições de trabalho, evidenciaram-se problemas na estrutura física e falta de materiais que dificultam o desenvolvimento do trabalho e o alcance dos objetivos da socioeducação. Condições precárias de trabalho, materiais (falta de recursos materiais e infraestrutura física) e humanas (escassez de pessoal e superlotação dos presídios) já foram relatadas em instituições penais (FINNEY *et al.*, 2013; BEZERRA *et al.*, 2016).

Depende tá tendo que trabalhá com poucos recursos, e isso é uma das maiores dificuldades. Sabe assim, que o trabalho pode ser muito melhor. Se tiver uma estrutura física melhor, sabe. Tem poucos recursos materiais. [...] agora a gente tá com uma falta de papel higiênico. Há, não querem mais manda em cima da cota, porque os guris tão usando demais o papel higiênico. (P12).

Falta às vezes de estrutura física para ti conseguir em função da superlotação, garantir que tenha o dormitório tenha só um, às vezes são três em vez de um. (P5).

Além disso, verificou-se o sofrimento atrelado à ausência de reconhecimento da utilidade social e ao desconhecimento acerca do trabalho realizado:

Eu não vejo valorização no trabalho, nenhuma (...) as pessoas não entendem o tipo de trabalho que é feito lá dentro. (P13).

Reconhecimento...é muito pouco conhecido. Tipo, normalmente quando eu falo pras pessoas assim, as pessoas nem tem muita ideia do que é a instituição (P1).

De acordo com os entrevistados, a noção geral das pessoas sobre suas atividades oscila entre dois polos. Muitas vezes, relacionando-os de maneira pejorativa ao cuidado de crianças e noutras ao trabalho para o crime.

Eles acham que tipo uma creche, onde os guris estão lá só pra aprender mais, pra ficar comendo, bebendo, dormindo e aprender mais bandalheira, fazer esculhambação. (P11).

Conversando com um amigo meu, de outro plantão, eu ouvi esses dias que falam pra ele que a gente trabalha em uma creche. Na verdade, eu não vou parar pra dar satisfação. Não vão entender igual, eles tão do outro lado do muro. (P7).

O “outro lado do muro”, mencionado por P7, destaca a distância, real e simbólica, entre sociedade e instituição:

Como a sociedade vê? Eles acham que a gente cuida de bandido, que acabamos fazendo muitos favores. Isso é o que eu escuto. (P7).

As pessoas desconhecem o nosso trabalho. Acerca do que a gente faz, as pessoas confundem com polícia ou como agente penitenciário ou como, pejorativamente, alguns falam babá de bandido. (P8).

Evidencia-se que a sociedade não os valoriza, enquanto trabalhadores que fazem um serviço de serventia a ela. Desta forma, não têm sua utilidade reconhecida e não se sentem valorizados:

Falam ‘Bá tu trabalha lá, bá esses guris são terríveis, aquilo, lá é pré-escola do crime’. O pessoal acha terrível lá e, cara, eu não vejo muita valorização, não vejo ninguém falando assim ‘Bá tu faz um grande trabalho social, tu faz um bom trabalho para a sociedade, tu faz um trabalho digno’, nunca ninguém falou ‘tu faz um trabalho digno’. (P11).

Conforme os participantes, não há interesse da sociedade em conhecer o seu fazer e a mídia não contribui para que a isso aconteça. Em alguns casos, pelo contrário, fomenta a visão errônea sobre a função do ASE ou foca acontecimentos negativos.

Porque aquele (jornalista) que fala que lá é pré-escola do crime, que é não sei o que, isso e aquilo, que eles vão lá só pra comer beber e dormir. (P11).

A função do agente socioeducador principalmente, não é reconhecida fora do meio da fundação, porque é um serviço ao meu ver, ele é muito pouco divulgado, as pessoas só se dão conta ou ouvem falar, quando acontece alguma coisa que dá uma repercussão na imprensa. (P3).

Por meio do reconhecimento simbólico ocorre a transformação dos sofrimentos, vivenciados no trabalho, em prazer. A ausência desta dimensão acarreta riscos à saúde e dificulta o prazer dos trabalhadores (LHUILIER, 2014):

66

os julgamentos de valor sobre determinado trabalho contaminam também a pessoa que o exerce. E os julgamentos dos outros pesam sobre a própria autoimagem. As profissões que se encontram na parte de baixo da escala moral do trabalho são as que condensam o “trabalho sujo”, ou seja, tarefas físicas ou simbolicamente nojentas, humilhantes, degradantes, tarefas que são sinônimo de transgressão dos valores morais. É o caso, por exemplo, das profissões ligadas ao lixo, à faxina, das profissões ligadas à ordem pública e à repressão, das profissões que lidam com a morte, a loucura, a violência, a velhice, a marginalidade, a deficiência etc. Trata-se de profissões ou tarefas que têm por objeto o negativo psicossocial.

6 IMPACTOS NA SAÚDE E ADOECIMENTO

A precarização, como consequência iminente do capitalismo vigente, adocece os sujeitos. Há, nessa estruturação econômica e social que prima o capital e o lucro, diversas consequências negativas à qualidade de vida, impactando na saúde mental e identidade. A gestão da OT pode fomentar a diminuição da solidariedade no ambiente, algo destrutivo à identidade e integridade dos trabalhadores, pois quebra laços sociais e aumenta o medo e a solidão (AREOSA, 2014). Os ASE desta pesquisa referem efeitos do trabalho em sua saúde, causando sofrimento e adoecimento físico ou mental, e interferindo na sua qualidade de vida. Há um imaginário de que o adoecer é algo iminente à categoria pelo constituinte do trabalho.

Na fundação ou tu foi doente, ou está doente, ou tu ficará doente. De certa forma, o nosso psicológico é sempre abalado, a gente além de se preocupar com os problemas de casa tem que se preocupar com os problemas dos outros. Então, nesse sentido, é bem complicado. Ter que estar sempre bem e segurando. (P4).

As condições de trabalho de ASE são potencialmente causadoras de estresse e adoecimento, dado os riscos aos quais estão expostos, pois “as atividades

desenvolvidas são regidas por alta concentração, ritmo acelerado, imprevisibilidade, tensão e estado de alerta constantes, o que se configura como condição de trabalho potencialmente estressora” (GREGO *et al.*, 2012). Percebe-se que há um esforço contínuo atrelado ao trabalhar, no desenvolvimento de aprendizados necessários ao cotidiano e aos afazeres, e investimento nisto, como o tempo psíquico e intelectual despendido às atividades, inclusive o tempo de descanso que, por vezes, é destinado ao trabalho ou ao pensar sobre, causando incômodos perceptíveis a curto ou longo prazo, e sobrecarregando-os. Logo, o processo de adoecimento se desenvolve na relação entre o trabalhador com o contexto laboral, em especial quando o sofrimento não consegue ser ressignificado e dá-se via à patologia. Podem-se mencionar, por exemplo, vivências depressivas, bastante comuns e caracterizadas, especialmente, pela sensação constante de cansaço (AREOSA, 2014; ROCHA; MENDES; MORRONE, 2012).

Cansaço, insônia, desgaste físico e emocional, estresse laboral, ansiedade, depressão e ideação suicida foram queixas dos ASE, que afirmam que muitos colegas necessitam de cuidado especializado para lidar com seus sintomas e recorrem aos psicofármacos, como também visto em outra pesquisa (GREGO *et al.*, 2012).

Os colegas mais antigo a maioria deles toma remédio faixa preta para ter atenção, ou até mesmo para conseguir dormir, que eles têm dificuldade para dormir. Cansaço físico, às vezes, os caras já chegam lá para trabalhar cansado, tem muita gente estressado lá dentro. Tem gente fazendo terapia para depressão, tem muita gente (...) consultando com psiquiatra e psicólogo para conseguir ir trabalhar. Mas, por enquanto, não estou nessa fase ainda. (P5).

Entre os agravos registrados, os ASE pontuam os reflexos da rotina de trabalho na saúde física, atribuindo, por exemplo, contraturas musculares ao tensionamento presente no cotidiano da instituição e nas especificidades de suas funções. É possível que as pressões organizacionais possam refletir no corpo, provocando ou agravando sintomas de desgaste físico ou doenças psicossomáticas que funcionam como válvula de escape ao sofrimento (TSCHIEDEL. TRAESEL, 2013). Outras queixas comuns foram problemas de audição e visão, refluxo, dor de cabeça e outras somatizações.

Eu tenho uma contratura nas costas que é permanente. Da tensão. Eu ganhei de presente do trabalho. Às vezes, tô todo duro e aí é remédio. E sim, tem gente que se desequilibra. (P6)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os resultados destacaram-se poucas vivências de prazer (reconhecimento financeiro, utilidade pessoal e vínculos com adolescentes) em relação a inúmeras vivências de sofrimento. Com destaque para: medo constante, sobrecarga laboral, condições precárias de trabalho, desvalorização social e relacionamentos (colegas, gestores e equipe técnica) pouco apoiadores. Como o ASE pode, diante de tantas dificuldades, realizar um trabalho voltado à socioeducação e ressocialização dos adolescentes? Se ele se depara com o medo, o despreparo, o fracasso e o sentimento de solidão.

Foram mencionadas situações de adoecimento físico e psíquico, incluindo ansiedade, depressão e ideação suicida. Evidencia-se a necessidade urgente de intervenções, primeiramente voltadas para melhorias organizacionais, nas condições de trabalho (estrutura física e materiais básicos) e nos recursos humanos, com maior contratação de servidores, aprimoramento da formação profissional e do suporte social no trabalho. Destaca-se, neste ponto, que a pesquisa realizou uma devolução à Instituição e aos trabalhadores, com sugestões de propostas de avanços, embasados nas fragilidades analisadas nos dados do estudo. Porém, tanto a pesquisa quanto as intervenções ocorreram em um momento prévio à COVID-19, sendo pertinente adequar as futuras investigações para que contemplem as modificações que emergiram com esse cenário, compreendendo-se que pode ter agravado ainda mais as vivências frente ao trabalho que denotam o sofrimento e a precarização dos trabalhadores (WITCZAK; PEREZ; RODRIGUES; 2022).

Por fim, realça-se a importância de espaços de escuta qualificada, no qual trabalhadores possam refletir sobre seu trabalho e situações que provocam sofrimento, buscando estratégias para ressignificar o trabalho. Também se fazem essenciais conscientizações psicossociais comunitárias, visando valorizar profissões menos prestigiadas socialmente como esta. Um trabalho tão essencial à sociedade,

mas tão escondido atrás de muros. Um trabalho de tamanho desafio e relevância, como este, de práticas socioeducativas com jovens em situação de vulnerabilidade social, mas que é visto como um trabalho sujo. O resgate da importância e valorização de profissões como esta é essencial para uma sociedade mais humanizada e para a promoção da saúde mental de seus trabalhadores.

REFERÊNCIAS

69

ALBUQUERQUE, Deisiane Rodrigues; ARAUJO, Marley Rosana Melo de. Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do estado de Sergipe. **Revista Psicologia e Saúde**, v.10, n.1, p. 19-30, 2018.

ARAUJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização no trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Caderno Psicol. Soc. Trab**, v.20, n.1, p. 1-13, 2017.

AREOSA, João. Os efeitos do trabalho na saúde mental: uma análise a partir da psicodinâmica do trabalho. In: Hernani Veloso Neto; João Areosa; P. Arezes (Eds.), **Manual sobre Riscos Psicossociais no Trabalho**. Porto: Civeri Publishing, p. 49-72, 2014. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29937/1/Os%20efeitos%20do%20trabalho%20na%20sa%C3%BAde%20mental%20%20uma%20an%C3%A1lise%20a%20parti%20da%20psicodin%C3%A2mica%20do%20trabalho%20%28cap%203%29%20%20Jo%C3%A3o%20Areosa.pdf>

BAGALHO, Jaqueline Oliveira; MORAES, Thiago Drumonde. A organização do trabalho prisional e as vivências de prazer e sofrimento. **Estudos de Psicologia**, v.22, n.3, p. 305-315, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.

BASARGLINI, Reni Aparecida; VAILLANT, Camila Brito. Um agente prisional de menor: identidade e percepções do agente socioeducativo sobre a instituição, os adolescentes e a sua ocupação. **Saúde Sociedade**. [periódico na internet], v.27, n.4, p. 1147-1163, 2018. [cerca de 16 p.]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180080>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BEZERRA, Cláudia Magalhães; ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patricia. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, n.7, 2016. [cerca de 11p.]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.00502016>

BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema. Aprendendo a entrevistar como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v.2, n.1, p. 68–80, 2005. doi:10.5007/18027.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/1990. São Paulo, 1991.

CODINHOTO, Elizangela. “**Cortinas de ferro**”: o trabalho real de socioeducadores de uma unidade socioeducativa de internação do estado de Rondônia. – RO [Dissertação]. Porto Velho (RO): Universidade Federal de Rondônia, 2014.

DEJOURS, Christophe, ABDOUCHELI, Elisabeth. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas; 1994.

DEJOURS, Christophe; ADDENDUM. In: LANCMA, Selma; SZNELWAR, Laerte I. **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008. Brasília: Paralelo

FEIJÓ, Fernando Ribas. **Saúde Mental e Qualidade de Vida em Trabalhadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul**. - RS [Dissertação]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre); 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132899>

FERREIRA, João Batista; MACÊDO, Kátia Barbosa; MARTINS, Soraya Rodrigues. Real do Trabalho, Sublimação e Subjetivação. In **Trabalho e Prazer**: Teoria, Pesquisas e Práticas. Curitiba: Juruá; 2015. p.33-49

FINNEY, Caitin; STERGIOPOULOS, Erere; HENSEL, Jennifer; BONATO, Sarah; CAROLYN, Dewa. Organizational stressors associated with job stress and burnout in correctional officers: a systematic review. **BMC Public Health**, [serial on the Internet]. v.13, n.82, 2013. Available from: <https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-82>

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3a ed. Porto Alegre: Artmed; 2009.

GHADDAR, A; RONDA, E; NOLASCO, A. Work ability, psychosocial hazards and work experience in prison environments. **Occupational Medicine** [serial on the Internet], v.61, n.7, 2011. [cerca de 5p.]. Available from: <https://doi.org/10.1093/occmed/kqr124>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6a ed. São Paulo: Atlas; 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas; 2010.

GRECO, Patrícia Bitencourt Toscani; MAGNAGO, Tânia Solange Bosi de Souza; LOPES, Luis Felipe Dias; PROCHNOW, Andrea; TAVARES, Juliana Petri; VIERO, Natieli Cavalheiro. Estresse psicossocial e distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.20, n.5, p. 971-979,

2012. [acessado em abril 2021]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692012000500020>

GUIMARÃES, Junior Sergio Dias; FERREIRA, João Batista de Oliveira. Terceirização, saúde e resistências: provocações ético-políticas à psicologia social do trabalho em contexto de precarização subjetiva. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.23, n.2, p. 189-202, 2020.

GUIMARÃES, Junior Sergio Dias; OLIVEIRA, Vanessa Ribeiro de; MATOS, Alfredo Assunção. Precarização do trabalho e efeitos subjetivos: interlocuções entre práticas de pesquisa. **Revista Psicologia Política**, v.17, n.39, p. 304-317, 2017.

71

KERSTING, Inaiara. **Equipamentos do Século XIX, Profissionais do Século XX e Problemas do Século XXI: Saúde Mental dos Trabalhadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. - RS [Dissertação]**. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2016.

LHUILIER, Dominique. Introdução à psicossociologia do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.17(spe), 2017. [cerca de 15 p.]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19>

LOURENÇO, Luiz Claudio. Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte. **Dilemas**, v.3, n.10, p. 11-31, 2010.

MATTOS, Elisangela; MERLO, Alvaro; ANDREAZZA, Jaqueline. “Ou tu é zero ou tu é dez”, entre o sofrimento e o prazer: O caso dos gestores intermediários de um banco. **Trabalho En(Cena)**. 2019.

MARTIN, Joseph L.; LICHTENSTEIN, Bronwen; JENKOT, Robert; FORDE, David Robert. “They can take us over any time they want”: Correctional officers’ responses to prison crowding. **Prison J**, v.92, n.1, p. 88-105, 2012.

MENDES, Ana Magnólia; ARAUJO; Luciane Kozicz Reis. **Clínica Psicodinâmica do Trabalho. O Sujeito em Ação**. Curitiba: Juruá; 2010.

MONTEIRO, Janine Kieling; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; SOBOLL; Lis Andrea; PEREZ, Karine Vanessa; BRUN, Luciana Gisele. Produção da Psicodinâmica do Trabalho na Região Sul. In: **Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: Práticas, avanços e desafios**. Curitiba: Juruá; 2017. p. 37-58.

MORAES, Rosângela Dutra de; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal; CUNHA, Stephane Caroline de Paula da. Prazer no trabalho: o lugar da autonomia. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v.12, n.2, 2012. [cerca de 10 p.]. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198466572012000200007&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 22 abr. 2022.

PENA, Felipe; PEREIRA, Fernanda; OLIVEIRA, Silvana; ROCHA, Simone. Vivências de prazer e sofrimento no trabalho: um estudo com bancários. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e32110212668, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12668.

ROCHA, Sandra Regina Ayres; MENDES, Ana Magnólia; MORRONE, Carla Faria. Sofrimento, distúrbios osteomoleculares e depressão no contexto de trabalho: uma abordagem psicodinâmica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.12, n.2, 2012. [cerca de 15 p.]. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812012000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 18 jan. 2022.

SENA, Romulo Mágnus de Castro; SENA, Suzara Rayanne de Castro; SENA, Patrícia Raquel de Castro. A relação entre público-privado e a precarização do trabalho em saúde no Brasil, **Brazilian Journal of Health Review**, v.4, n.6, p. 27490-27502, 2021.

SILVA, Silmara Carneiro e. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, v.14, n.2, p. 96-118 2012.

TESSARO, Luiz, MONTEIRO, Janine Kieling. Análise dos Riscos Psicossociais no Trabalho de Agentes Socioeducadores do Rio Grande do Sul, Brasil. **International Journal on Working Conditions**, 2019; 17: 108-124

TESSARO, Luiz, MONTEIRO, Janine Kieling., MARCOS, Criatiane, RISSI, Vanessa. Violência relacionada ao trabalho de agentes socioeducadores no Rio Grande do Sul. **TRIVIUM: revista eletrônica multidisciplinar**; v. 6, n. 1, 2019, 97-116.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; TRAESEL, Elisete Soares. Mulher e dor: um estudo na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.13, n.2, 2013. [cerca de 13 p.]. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812013000200012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 jan. 2022.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; MONTEIRO, Janine Kieling. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. **Estudos de Psicologia**, v.18, n.3, 2018. [cerca de 8 p.]. doi: 10.1590/S1413-294X2013000300013

VINUTO, Juliana; ABREO, Leandro; GONÇALVES, Hebe Signorini. No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. **Plural - Revista De Ciências Sociais**, v.24, n.1, 2017. [cerca de 23 p.]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcsoc.2017.126635>

WITCZAK, M. V. C.; PEREZ, K. V.; RODRIGUES, M. F. Impactos da pandemia COVID-19 nas vivências profissionais de residentes multiprofissionais em saúde. **PSI UNISC**, v. 6, n. 1, p. 141-154, 2022.

SISTEMA CONTÁBIL ORÇAMENTÁRIO: UMA REFLEXÃO SOBRE O REGIME DE CAIXA E O REGIME DE COMPETÊNCIA PRATICADO NA CONTABILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

Fabiano da Silva Yoiti Kanadani
Rolando Vanzela

RESUMO: O estudo objetivou refletir sobre o regime contábil orçamentário, por meio da análise dos contidos no artigo 35 da Lei n.º 4320/64, sob o ponto de vista prático, por meio de demonstrações e argumentação teórica para analisar se o regime é de competência e de caixa ou ambos de competência e de caixa modificado. A proposta metodológica foi de exteriorizar o tema por meio da pesquisa bibliográfica, com base na opinião de diversos especialistas e da legislação vigente específica da área. Para a reflexão do que foi proposto, foram desencadeados os fundamentos sobre a contabilidade aplicada ao setor público e o sistema contábil orçamentário, o regime contábil orçamentário de competência e de caixa na área pública e análise do regime de competência e de caixa sob o ponto de vista prático. Do exposto concluiu-se que quanto ao regime adotado tanto para a receita como para as despesas, sob o ponto de vista prático, considerando também os estágios da receita e rotina contábil da despesa, poder-se-á considerar situações em que o regime será de competência modificado e de caixa modificado, no entanto, este assunto não se encerra como um privilégio da legislação brasileira, é necessário aprofundar neste tema para melhor compreendê-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Regime Contábil Orçamentário. Planejamento e Orçamento. Contabilidade Pública. Receita e Despesas.

ABSTRACT: The study aimed to reflect on the budget accounting system, through the analysis of those contained in Article 35 of Law No. 4320/64, from a practical point of view through demonstrations and theoretical argumentation, to analyze whether the regime is competence and cash or both competence and modified cash. The methodological proposal was to externalize the theme through bibliographical research, based on the opinion of several experts and the specific current legislation of the area. For the reflection of what was proposed, the fundamentals on accounting applied to the public sector and the budget accounting system, the budget accounting regime of competence and cash in the public area and analysis of the competence and cash regime under the practical point of view were triggered. From the foregoing it was concluded that as to the regime adopted for both revenue and expenses, from the practical point of view considering also the stages of revenue and expenditure accounting routine, one can consider situations in which the regime will be modified competence and modified cash, however, this subject does not close as a privilege of the Brazilian legislation, it is necessary to deepen in this theme to better understand it.

KEYWORDS: Budget Accounting Regime. Planning and Budgeting. Public Accounting. Revenue and Expenditure.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento e o orçamento são instrumentos que se complementam com a finalidade de impactar no desenvolvimento das atividades organizacionais. O primeiro reúne ideias, estratégias, objetivos e metas, as quais, são convertidas em dados operacionais que possibilitam a execução e o controle por meio do orçamento, que tem o papel de proporcionar ajustes e adequações dos propósitos do planejamento em períodos determinados.

Esses instrumentos sempre estarão nas pautas das organizações com discussões infinitas acerca do seu desenvolvimento e aplicabilidade, vez que a cada mudança no ambiente de negócios é preciso revisitar as estratégias e reinventar novas maneiras de fazer negócios e interpretar o mercado. Por isso, o orçamento pode ser considerado um instrumento de gestão e de controle dos resultados futuros. Significa que “[...] planejar sem controle é uma falácia e desperdício de tempo e energia” (FREZATTI, 2000).

As discussões sobre as formas de planejar e de elaborar o orçamento para os encaminhamentos futuros e melhorar o desempenho, sejam em empresas públicas ou privadas, sempre mereceu uma atenção especial dos especialistas, em razão de na contemporaneidade ser difícil imaginar uma organização prescindir do planejamento e orçamento, como instrumento de controle e mensuração do seu desempenho como medidas para serem competitivas.

Remetendo-nos a área pública, o planejamento e orçamento é uma determinação legal. O orçamento tem caráter autorizativo para a execução das políticas públicas que visam ao atendimento das necessidades coletivas e à promoção do bem estar da sociedade. “[...] diferente da área privada, na mais abrangente acepção da palavra, não existe margem legal para os governantes da administração pública a realizar obras ou serviços de que necessita a população, sem o PLOA – Planejamento e a Lei Orçamentária Anual” (FEIJÓ et al. 2015).

Feijó et al. (2015) coloca que “com a evolução dos conhecimentos e técnicas de planejamento e gestão das ações de políticas públicas, o orçamento deixou de ser exclusivo sistema de controle do poder político e passou a adquirir caráter de instrumento inerente ao planejamento” (p. 28). E, portanto, essa é a razão de o

orçamento na área pública sempre ser tido como foco da contabilidade, e o sistema contábil serem desenvolvidos visando o controle do orçamento. A necessidade que se impunha ao controle do orçamento na administração pública por se tratar de um ato administrativo, revestido de força legal que estabelecia um conjunto de ações a serem realizadas, fez com que a contabilidade pública fosse instituída para esse fim, com foco na contabilização do orçamento, conforme estabelecido na Lei n.º 4320/64 em vigor. Este foco no controle do orçamento resistiu até o advento das convergências aos padrões internacionais, mas isso não significa que o orçamento deixou de ter importância.

Com as convergências da contabilidade pública aos padrões internacionais, o orçamento ganhou mais importância como instrumento de gestão no Brasil, a considerarem as suas funções fiscais: alocativa, distributiva e estabilizadora que de uma forma e de outra, são funções que permitem interferir na economia, por meio das políticas fiscal, monetária e regulatória, vez que o país tem na contemporaneidade um papel intervencionista importante. Essas características, segundo Giacomoni, definem o orçamento público “[...] por possuir esta multiplicidade de aspectos, como: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro e administrativo” (GIACOMONI, 2010).

Esses aspectos decorrem da necessidade de utilização do orçamento, além do controle, como um instrumento de gestão de políticas públicas, a tal riqueza de bom-senso que mereceu uma “[...] reflexão e imaginação que adquiriu uma posição privilegiada no campo da política econômica Financeira” (GIACOMONI, 2010). Isto é, o orçamento tem a finalidade de evidenciar em termos qualitativos e quantitativos, física e monetariamente, as políticas econômico-financeiras que o governo pretende executar. E, por isso, a sua contabilização tornou-se foco central exigindo uma maior atenção na elaboração e demonstração da sua execução.

Neste contexto, percebem, que o planejamento, o orçamento e a gestão das finanças e políticas públicas, segundo Feijó et al. (2015), “compreendem todo um conjunto de ações, que abrange desde a construção da visão de futuro até a definição e execução das metas físicas e financeiras a serem atingidas e de muitos pormenores que possam ser vislumbrados” (p. 28).

No entanto, com as convergências da contabilidade pública aos padrões internacionais, conferiu ao CFC – Conselho Federal de Contabilidade e a STN – Secretaria do Tesouro Nacional, iniciar o processo de convergências e fazer as adaptações respeitando-se a legislação brasileira. As primeiras alterações que trouxe impacto importante foi o objeto da contabilidade, que deixou de ser o orçamento e passou a ser o patrimônio, com o cuidado de não deixar de lado a importância e relevância do orçamento, por ser um instrumento de gestão já consagrado na área pública.

Verificando as alterações de acordo com as NBCCASP 1374/11, o regime contábil para o sistema patrimonial da contabilidade pública segue o regime de competência. Já em observância as NBC TSP 11 e NBC TSP 13, a primeira é aplicada a todas as demonstrações contábeis elaboradas sob o regime de competência, seguindo o mesmo regime praticado na iniciativa privada. A segunda define que as demonstrações podem ser apresentadas sob o regime de competência e de caixa.

Constata-se de acordo com a NBC TSP 13, o sistema orçamentário – como é chamado na estrutura contábil - continua obedecendo ao que determina o artigo 35 da Lei n.º 4320/64, com a seguinte inferência: Pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadada; II – as despesas nele legalmente empenhadas, conferindo para o sistema orçamentário o regime contábil misto.

Refletindo sobre o que determina o artigo 35 da Lei n.º 4320/64, em relação às receitas, percebem que o regime é o de caixa, com a expressão todas as “receitas nele (exercício financeiro) arrecadada”. No entanto, no cotidiano, os operadores da contabilidade e os que manuseiam os orçamentos para a contabilização das receitas, seguem ao princípio do estágio da receita, quais sejam: previsão, individualização, arrecadação e recolhimento. A arrecadação e recolhimento entendem os legisladores ocorrerem simultaneamente, quando na realidade entre a arrecadação e a entrega do numerário aos cofres públicos podem não ocorrer simultaneamente, principalmente àquelas receitas que são registradas somente para fins de encontro de contas, por exemplo, sem necessariamente entrar no caixa algum tipo de numerário. Conforme afirma Feijó et al. (2015), “o recolhimento caracteriza-se pela entrega do produto de arrecadação pelos agentes arrecadadores ao caixa do tesouro. Só por meio do

recolhimento em conta específica, os recursos estarão disponíveis para a utilização pelos gestores financeiros” (p. 162).

Observando o que diz o autor entende-se que há um estágio anterior ao recolhimento, considerando os recursos estarem disponíveis no estágio recolhimento ao caixa do tesouro. Se não considerar a simultaneidade dos dois estágios (*Ibidem*, 162), poder-se-á considerar um regime de caixa modificado. A dúvida que impõe é: o regime é de caixa ou caixa modificado, quanto à contabilização das receitas no sistema contábil orçamentário? Para às despesas, por outro lado, impõe-se o regime de competência com margem para discussão.

Esse tema vem sendo objeto de discussão em estudos iniciados em outros países. Recorrendo aos estudos internacionais percebe que na maioria dos países já houve avanços. Existem experiências com a implantação do orçamento com o regime de competência, mas as discussões acadêmicas sobre o tema ainda são incipientes. Quando se estende a pesquisa a trabalhos profissionais, encontram-se diversos órgãos públicos que tem se dedicado ao estudo desse tema, para avaliar a utilidade do orçamento por regime de competência no âmbito de seus sistemas orçamentários (*Government accountability Office – GAO*, 2000, 2007; *Athukodrrala & Reid*, 2003; *Algemene Rekenkamer*, 2003).

No Brasil, o regime de competência foi adotado para o sistema patrimonial, já o tema sistema orçamentário por competência ainda não mereceu atenção. Pesquisas realizadas identificou somente o trabalho de Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) tratando da utilização do regime de competência para o sistema orçamentário.

Desta feita e com base nos argumentos trazidos, pretende com este estudo fazer uma reflexão acerca do regime contábil orçamentário, adotado por meio da Lei n.º 4320/64. Trata-se de um esforço balizado nos levantamentos teóricos para demonstrar se na prática o regime utilizado para a contabilização da receita, é de caixa ou de caixa modificado. Utilizando-se da mesma metodologia, será demonstrada também uma reflexão sobre o regime de competência utilizado para as despesas. É importante ressaltar que os métodos contábeis modificados os quais serão discutidos neste estudo que se pretende afirmar a sua utilização na prática, não são adotados pelas normas internacionais.

2 METODOLOGIA

Com esses argumentos pretende com este estudo uma reflexão sobre o regime contábil orçamentário, por meio de um levantamento teórico balizados na opinião dos especialistas e legislação vigente específica, utilizando-se como procedimentos a pesquisa bibliográfica para exteriorizar o tema, daquilo que diferentes autores já propuseram ou realizaram. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é baseada em consultas de fontes que estão relacionadas com o tema e podem abranger inúmeras bibliografias encontradas em domínio público: livros, monografias, revistas, artigos científicos, teses, etc., e, especificamente como trata-se de tema da administração pública, utilizar das resoluções, leis, normas emitidas pelos órgãos de controles e conselho de classe que podem trazer grandes contribuições para o estudo proposto.

Com esse método pretende-se buscar uma melhor compreensão acerca do regime contábil orçamentário, com informações e dados que podem auxiliar e/ou permitir fundamentar e construir análises para o estudo. Segundo Marconi & Lakatos (2003), o aporte bibliográfico “oferece meios para definir e resolver não somente problemas já conhecidos, como também permite explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”. (p. 183).

Quanto aos objetivos será utilizada a pesquisa descritiva: “[...] que observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66). Portanto, a proposta metodológica alinha-se ao debate sobre o regime contábil orçamentário na administração pública e suas interpretações, se de caixa ou de caixa modificado, em um contexto que permite que seja utilizado o embasamento prático-teórico acerca do objeto de estudo.

Diante do que foi exposto e com base no objeto de estudo, será apresentado o referencial teórico para exteriorizar o tema contabilidade pública no Brasil e o sistema contábil orçamentário, o regime de competência e de caixa na área pública e a construção de análises com suporte na exposição dos levantamentos teóricos. O levantamento teórico tratará da evolução da contabilidade pública e a importância do sistema contábil orçamentário, com a sinalização dos pontos importantes e relevantes do tema o qual pretende-se tratar nas análises e considerações finais.

3 CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL E O SISTEMA CONTÁBIL ORÇAMENTÁRIO.

O propósito da Contabilidade Pública no Brasil surgiu com a necessidade de atender ao Erário Régio em 1808, comandada pelo Imperador D. João VI. Segundo Slomski (2003), embora sem sucesso, foi o período em que houve as primeiras tratativas que visava à implantação de um sistema de contabilidade que pudesse atender as necessidades e serviços do Erário. Contudo, o sistema não obteve sucesso vindo a fracassar, obrigando o governo a criar uma comissão para organizar os serviços de contabilidade e, como ato contínuo, a aprovação do código de contabilidade em 1922, que instituiu o Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

O Regulamento Geral de Contabilidade Pública, também denominado de Regulamento Próprio, enseja a contabilidade ser orientada por normas próprias com o propósito de atender aos interesses, à época, de registrar e controlar os impostos.

Para implementar normas que pudesse consolidar e/ou dar mais solidez a contabilidade pública, a empreitada para reunir esforços foram grandes e por vários anos. Até que em 1940, por ocasião dos esforços que vinham sendo travados, a comissão convocada pelo governo conseguiu aprovar o Decreto-Lei n.º 2416/40, instituindo, para que fosse estudado e experimentado, uma nova padronização da contabilidade. Entretanto, em decorrência da segunda guerra mundial, os estudos foram interrompidos e não avançou como se esperava, sendo, portanto, retomados a partir de 1949.

Percebem mesmo com todas as dificuldades que tiveram que enfrentar ao longo deste caminho, em 1964, surgiu à oportunidade de ser elaborada uma lei que pudesse tratar das diretrizes orçamentárias, financeiras e dos balanços da União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, quando foi submetida para a apreciação e aprovação do Congresso Nacional, a Lei n.º 4320 de 17 de março de 1964, que estabelece como objetivo em seu artigo 1.º que “além das normas financeiras, a elaboração e a execução dos orçamentos e dos balanços para a União e todos os entes da federação”, com reforço do previsto no artigo 5.º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

A Lei n.º 4320/64, mesmo trazendo orientações para o acompanhamento e composição do patrimônio, destaca em suas diretrizes no artigo 1.º as normas financeiras e orientações para a elaboração e a execução dos orçamentos. Convém observar que a lei aponta para que a contabilidade, mesmo destacando a composição do patrimônio, demonstrasse evidências de que o objeto da contabilidade era o sistema orçamentário.

As evidências demonstradas até aqui não deixam dúvidas em relação ao objeto da contabilidade e a importância do orçamento neste contexto. Fato que, a partir da Constituição Federal de 1988, foi iniciada uma grande transformação na administração dos orçamentos públicos e na contabilidade com a introdução de novos conceitos, implicando algumas alterações concebidas na Constituição Federal sobre o planejamento. Na seção II – Dos orçamentos da Constituição Federal, em seu artigo 165, nos incisos I, II e III, estabelece ser de iniciativa do Poder Executivo as Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, impondo além dos contidos no artigo 165, leis infraconstitucionais que exige o planejamento de forma integrada. A importância dada ao planejamento e orçamento consolidava ainda mais, naquele momento, o orçamento como objeto da contabilidade, enfatizando a execução e o controle do PLOA.

Observa-se que as alterações foram relevantes, a considerar a intencionalidade de reforçar ainda mais o planejamento e o orçamento, com a implementação da Lei Complementar n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo Khair (2000), “O ponto de partida da Lei de Responsabilidade Fiscal é o planejamento. Através dele são estabelecidas as regras do jogo da gestão fiscal, sendo criadas novas funções para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e para a Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja discussão e elaboração deverão contar com a participação popular, inclusive em audiências públicas, assegurando maior transparência da gestão governamental” (p. 13).

Todas essas implementações facilitaram de certa maneira, o início do processo de convergências da contabilidade pública aos padrões internacionais de contabilidade. Obviamente com observância a um formato compatível com a legislação brasileira vigente (Lei n.º 4320/64 e a Lei Complementar n.º 101/00).

Nesta esteira, e com o intuito de contribuir na aproximação das normas brasileiras de contabilidade pública às regras internacionais, a STN – Secretaria do Tesouro Nacional fez publicar a Portaria n.º 184 de 25 de agosto de 2008, para dispor sobre as diretrizes a serem observadas pela área pública, abrangida pelos entes da Federação; União, Estados e Municípios, em relação aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes às do IPSAS².

As convergências e adaptações desejadas com os novos procedimentos que dizem respeito à CASP – Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram com o objetivo de atender às necessidades de informações das organizações do setor público, considerada pouco acessível aos profissionais e usuários que não limitavam na área.

Mesmo com as adaptações aos padrões internacionais deixando claro o regime de competência para o sistema contábil patrimonial, o regime contábil orçamentário continua sendo interpretado na área pública como regime misto: de caixa para as receitas e de competência para as despesas, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 4320/64.

Verifica-se no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o reforço em relação a esta assertiva estabelecendo que “a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa”.

Conforme o Manual da Receita Nacional disponível em (www.tesouro.fazenda.gov.br), esclarece que “é comum encontrar na doutrina contábil a interpretação do artigo 35 da Lei n.º 4320/64, que o regime contábil na área pública é o regime misto”. Isto é, regime de competência para as despesas e de caixa para as receitas. Observando o que diz o artigo 35 temos: “Pertence ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas; II – as despesas nele legalmente empenhadas”. Entretanto, o artigo 35 refere-se somente ao regime orçamentário e não ao regime contábil na área pública.

² IPSAS - *International Public Sector Accounting Standards*

Esses viés ou inadequações na interpretação do regime contábil são resultantes de um processo que já vinha dos tempos do império. Os profissionais da área se ativeram ao foco da contabilidade, que era execução e o controle do orçamento por meio de documento legal deixando de lado as outras faces da contabilidade. Segundo Slomski (2001), “os contadores de posse desse documento, procuraram nas últimas décadas, fazer a contabilidade guiados pelo que ele preconizava, e a ênfase maior foi dada para a execução orçamentária em detrimento das demais faces da contabilidade” (p. 27).

Mesmo os contadores guiados pelo que preconizava tal documento, com a cristalização imposta pelas convergências aos padrões internacionais e recorrendo ao artigo 85 da Lei n.º 4320/64, verifica-se que o regime adotado segundo a interpretação do artigo coloca que: “os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”. Observa-se que o artigo está atualizado, e o que se preconizava tratava realmente de um viés quanto as inadequações e interpretação do regime contábil.

Não resta dúvidas que a contabilidade pública no Brasil desde os tempos do império, tinha como premissa orientar os registros contábeis de forma a priorizar o sistema contábil orçamentário. Situação que se cristalizou com as convergências aos padrões internacionais, definindo que o regime contábil para o sistema patrimonial é de competência e o regime contábil orçamentário segue o que determina o artigo 35 da Lei n.º 4320/64.

4 REGIME CONTÁBIL DE COMPETÊNCIA E DE CAIXA NA AREA PÚBLICA

A Lei n.º 4320/64, em relação ao regime contábil, estabelece que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil e que pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadada e a despesa nele legalmente empenhada. Tal premissa é reforçada pela Lei Complementar n.º 101/00, em seu artigo 50, § 2.º, que textualmente

afirma que “a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se em caráter complementar o resultado os fluxos financeiros pelo regime de caixa”.

Segundo Pascoal (2004), o empenho é o ato que oficialmente reserva um determinado montante de uma dotação orçamentária para fazer frente a uma despesa específica. Entretanto, quando o serviço e/ou bem que deu origem a essa despesa já foi realizado e/ou entregue e reconhecido pelo ordenador de despesas, ocorre o estágio referente à liquidação da despesa pública. Quando há o desembolso efetivo do dinheiro, ocorre o estágio referente ao pagamento. No que concerne a apuração do resultado primário, por exemplo, o conceito utilizado na apuração das despesas é o de caixa. A despesa somente afeta o resultado primário quando é efetivamente paga, que é o estágio da despesa correspondente ao pagamento.

O autor com esta contextualização esclarece qual a percepção que impõe o § 2.º, do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00, além de outras situações e/ou consequências dessa apuração em caráter complementar que serão objeto de análises mais adiante.

O regime de caixa e o regime de competência, segundo Feijó et al. (2015), “são os dois principais métodos de rastreamento de receitas e despesas na contabilidade. Ambos podem ser usados em diversas situações, desde as contas de um país, ou uma grande corporação, uma pequena empresa ou um indivíduo” (p. 54).

O regime de competência, popularmente, reconhece as receitas no momento que se entrega um bem ou serviço, e se obtém o direito de receber valores, mesmo não tendo havido o ingresso dos recursos. Já em relação às despesas são reconhecidas no momento em que acontecem, independente de terem sido pagas. De acordo com a NBCCASP 1374/11, esse é o regime adotado pelas normas internacionais de contabilidade.

O regime de caixa está relacionado ao fluxo financeiro, de modo que reflete toda a movimentação financeira durante certo período de tempo. Este regime “[...] embora seja aceito pelas normas internacionais não é incentivado considerando as suas limitações” (FEIJÓ, et al. 2015).

Para melhor compreensão e dar suporte as análises que se pretende, serão descritos na sequência no quadro 1, o conceito de cada regime, incluindo os regimes modificados.

Quadro 1 - Conceito do regime contábil de competência e de caixa.

Regime de Caixa <i>cash basis</i>	- Este regime está totalmente relacionado ao fluxo de caixa da entidade, de modo que o resultado do exercício reflete os aumentos ou diminuições das disponibilidades durante certo período de tempo. Nesse regime, as receitas são reconhecidas, única e exclusivamente, quando da entrada dos recursos recebido. As despesas, por sua vez, são reconhecidas somente quando há um desembolso em contrapartida a um elemento de caixa ou equivalente de caixa. - Uma das limitações do regime de caixa é a de não controlar as contas a pagar e receber, pois não consegue antever uma receita futura, que ainda ingressará no caixa, mas que já foi auferida, ou uma despesa incorrida, mas que ainda não foi paga. Isso acontece porque a entidade só registrará o fato contábil no momento em que ocorrer efetivamente o recebimento ou o desembolso, o que diminui o nível de previsibilidade do gerenciamento dos recursos e dificulta a elaboração de projeções.
Regime de Competência	- O princípio da competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. - É o regime adotado primordialmente pelas normas internacionais de contabilidade e pela contabilidade

	aplicada ao setor público. No entanto, a utilização do regime de competência completo, como acontece nas grandes corporações do setor privado, ainda é rara no setor público.
Regime de Caixa Modificado	- A contabilidade em base modificada é uma estratégia que combina elementos específicos dos regimes de caixa e de competência. A base modificada tenta reunir os benefícios de ambos os métodos, minimizando as desvantagens. Com uma base modificada de caixa, as duas abordagens podem ser utilizadas para manter o controle de tipos específicos de receitas e despesas. - O regime de caixa modificado consiste no reconhecimento de transações e outros eventos sob o regime de caixa durante o ano e apenas ao final do exercício reconhecem as contas a pagar e a receber.
Regime de Competência Modificada	- O regime de competência modificado reconhece apenas certos elementos de ativos ou passivos e determinadas transações sob o regime de competência, sendo outros eventos não reconhecidos, ou registra as despesas quando os recursos adquiridos são recebidos e as receitas quando são mensuráveis dentro do exercício. - Esse regime de competência modificado, também é utilizado no governo norte-americano, que reconhece algumas transações pelo regime de competência e outras pelo regime de caixa, abarcando certas especificidades inerentes.

Fonte: ADAPTADO, FEIJÓ, et al. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. 1. ed. Brasília: Gestão Pública: 2015.

É importante para compreender melhor os conceitos acerca dos regimes que foram apresentados, compará-los aos estágios de receitas muito utilizados na elaboração e execução do orçamento, como uma possibilidade de auxiliar nas

análises, os quais, (estágios) estabelecem limites na operacionalização das receitas entre um estágio e outro.

Conforme Manual de Procedimentos das Receitas Públicas (2006, p. 24-25), “o estágio da receita orçamentária é cada passo identificado que evidencia o comportamento da receita e facilita o conhecimento e a gestão dos ingressos de recursos”.

Quadro 2 - Estágios da receita orçamentária

Previsão e Lançamento	Estimativa de arrecadação da receita, constante da Lei Orçamentária Anual – LOA, compreendida em duas fases distintas: - A primeira fase consiste na organização e no estabelecimento da metodologia de elaboração da estimativa; - A segunda consiste no lançamento, que é tratado na Lei n.º 4320/64, nos seus artigos 51 e 53. É o assentamento dos débitos futuros dos contribuintes de impostos diretos, cotas ou contribuições prefixadas ou decorrentes de outras fontes de recursos, efetuados pelos órgãos competentes que verificam a procedência do crédito, a natureza da pessoa do contribuinte, quer seja pessoa física ou jurídica, e o valor correspondente à respectiva estimativa. O lançamento é a legalização da receita pela sua instituição e a respectiva inclusão no orçamento.
Arrecadação	- É a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro. A arrecadação ocorre somente uma vez, vindo em seguida o recolhimento. Quando um ente arrecada para outro ente, cumpre-lhe apenas entregar-lhe os recursos pela transferência daqueles recursos, não sendo considerada

	a arrecadação quando do recebimento pelo ente beneficiário.
Recolhimento	- Quando ocorre à transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade Caixa, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

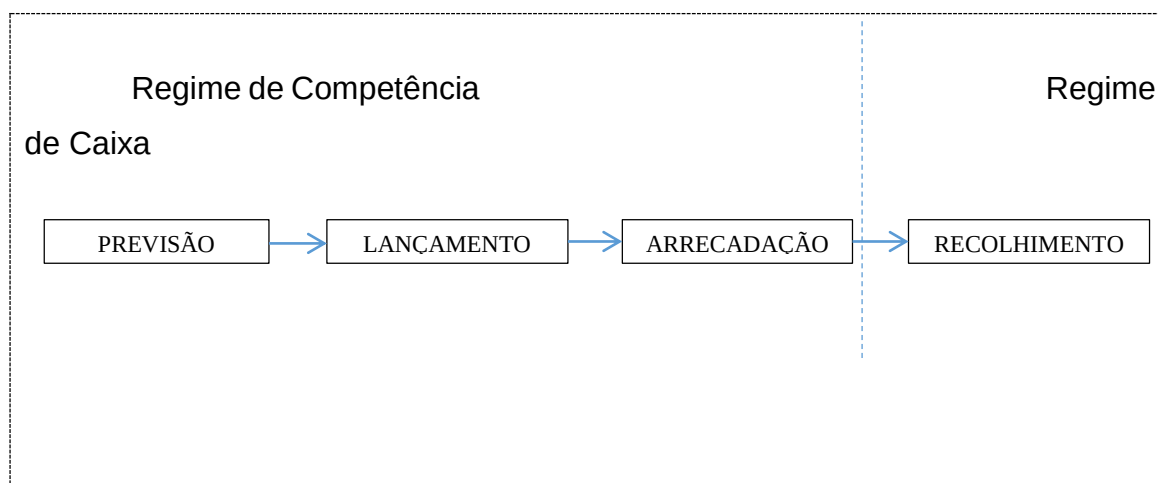
Fonte: ADAPTADO. Receitas Públicas: manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – 3.º ed. Brasília: 2006.

Com o que foi contextualizado mesmo que resumidamente acerca dos regimes de competência e de caixa e a ênfase dada a importância de considerar os estágios de receitas neste contexto, possibilita um melhor entendimento sobre como esses procedimentos podem impactar no dia a dia, daqueles que lidam e/ou manuseiam os dados orçamentários e operam a contabilidade, e de auxiliar nas análises que serão colocadas na sequência para a exteriorização do tema.

5 ANÁLISES DO REGIME COMPETÊNCIA E DE CAIXA SOB O PONTO DE VISTA PRÁTICO

Além dos conceitos que foram colocados até aqui que dizem respeito aos estágios de receitas, é importante como exercício prático-teórico colocá-los, inclusive da forma como são concebidos, apresentando-os na sua forma cronológica para auxiliar na análise e compreensão e interpretação do regime a qual está sendo submetido no momento da passagem entre o estágio de arrecadação e recolhimento, sendo as suas ocorrências interpretada como simultânea e, sendo, este portanto, o objeto de estudo deste trabalho.

Figura 1 - Cronologia do estágio da receita orçamentária



Fonte: Os autores (2021).

Observando a figura sob o ponto de vista do regime de competência, sem dúvida que a propositura da legislação tem fundamento, quanto a configuração do fato gerador nos estágios que antecede ao recolhimento. O que traz desconforto à análise é considerar o estágio arrecadação, mesmo utilizando-se da expressão ‘arrecadação efetiva’, como regime de caixa, naquele instante de movimento da receita. É interessante notar que no estágio arrecadação chamamos de arrecadação de receita e não de recursos produto da arrecadação.

Se existe um estágio à posteriori “recolhimento de recursos” ao caixa do tesouro, neste caso, como considerar o estágio arrecadação como um regime de caixa?

Observando a Lei n.º 4320/64, em seu artigo 56 que diz: “o recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada a criação de caixa especiais”. Razão que leva a entender que a possibilidade da ocorrência com maior frequência da entrega dos recursos com lapso de tempo em detrimento à arrecadação é um fato, vez que há uma exigência de unidade de tesouraria. Há várias agências recebedoras (agências bancárias) que fazem a arrecadação e depositam à posteriori os recursos pertencentes ao Estado, ocorrendo uma situação complementar entre um estágio e outro.

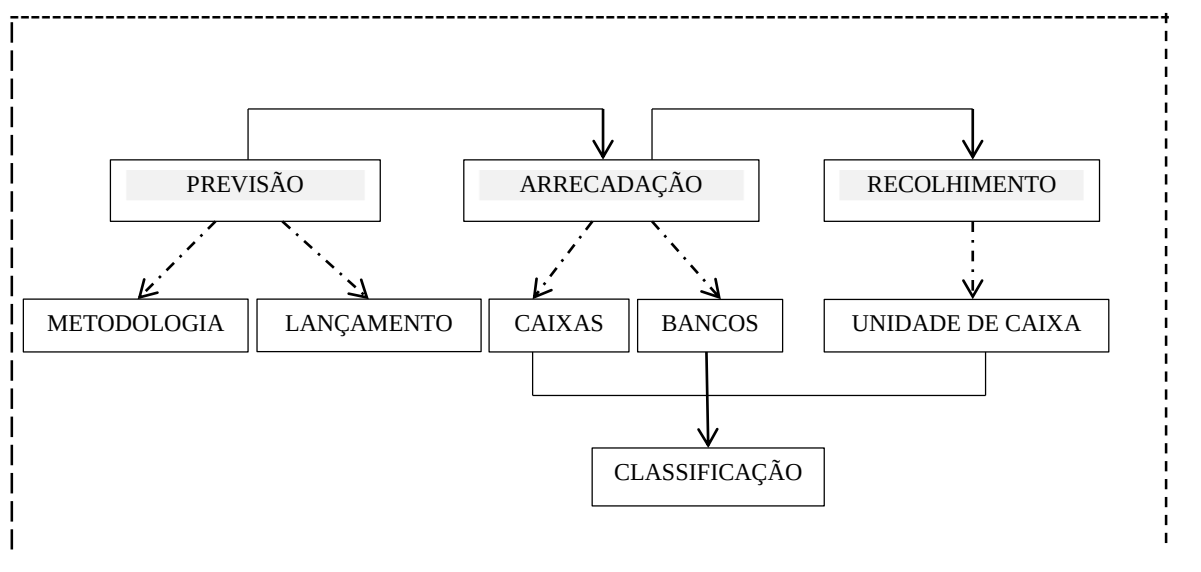
Esta situação não se encerra considerando ser um privilégio da legislação brasileira, Segundo Feijó et al. (2015, p. 56), “o governo norte americano utiliza a base de competência modificada, reconhece algumas transações pelo regime de

competência e outras pelo regime de caixa, abarcando especificidades inerentes à atividade governamental. Isto é, os ingressos são reconhecidos segundo o critério de caixa, quando não são suscetíveis de reconhecimento por competência”.

A considerar o exemplo norte americano, leva nos também a considerar o exemplo de base modificada o regime adotado pela contabilidade orçamentária no Brasil, com a interpretação do artigo 35 da Lei n.º 4320/64, que reconhece as receitas quando arrecadadas no exercício e as despesas quando são legalmente empenhadas, momento em que se assume o compromisso (FEIJÓ, et al. 2015, p. 57).

A figura que se apresenta na sequência exemplifica de forma mais detalhada como é considerado o regime contábil orçamentário para as receitas no Brasil, de acordo com o inciso I, do artigo 35 da Lei n.º 4320/64, de conformidade com o Manual de Procedimentos MF/STN.

Figura 2 - Estágios da receita – Manual de procedimentos MF/STN.



Fonte: ADAPTADO. Receitas Públicas: manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – 3.º ed. Brasília: 2006.

Este esquema apresentado pelo Ministério da Fazenda e Tesouro Nacional, retrata de forma mais detalhada de como é concebido o regime contábil orçamentário para as receitas. Verifica-se que na figura o critério adotado é os ingressos serem reconhecidos, segundo o critério de caixa no estágio arrecadação. Do mesmo modo,

mostra que o recolhimento a unidade de caixa (cofres públicos), pode não significar o recolhimento imediato, deixando margem para interpretação de quando os recursos não forem suscetíveis de recolhimento, adotar-se-á o regime de competência. Situação que se assemelha àquela adotada pelo governo norte americano, segundo *A Division of Accountants and Reports Policy and Procedure Manual* de 1998, (apud MOURA, 2003), define *modified accrual basis* como sendo a base que reconhece as transações ou eventos econômicos das receitas derivadas das operações nas demonstrações, quando essas receitas são mensuráveis e disponíveis para liquidar os passivos do período corrente. Os recursos disponíveis representam os cobráveis no período corrente, ou após o seu encerramento caso venham a ocorrer dentro de períodos relativamente curtos suficientes para serem usados na liquidação de passivos do período corrente. Já as despesas são reconhecidas de forma similar ao regime de competência, considerando que são registradas quando a obrigação correspondente incorrer.

Diante do que foi contextualizado e com vista a uma melhor compreensão do objeto de estudo, poder-se-á fazer uma análise com mais consistência a respeito dos incisos I e II do artigo 35 da Lei n.º 4320/64. Quanto ao inciso I que diz respeito às receitas orçamentária, pode-se afirmar que existe um interstício (lapso de tempo), mesmo que de curtíssimo prazo que, na prática, não podemos considerar os recursos como disponíveis, não houve o recolhimento de modo definitivo ao tesouro do Estado. Isto é, da forma como ocorre esse movimento da receita estaria próximo dos procedimentos adotados pelo governo norte americano.

Em relação às despesas de acordo com o inciso II do artigo 35 da Lei n.º 4320/64, da mesma forma, será na sequência apresentada figura exemplificando como ocorre a sua contabilização, com a demonstração do exato momento que ocorre os regimes de competência e de caixa como ação complementar.

Quadro 5. Estágios da despesa pública – Lei n.º 4320/64

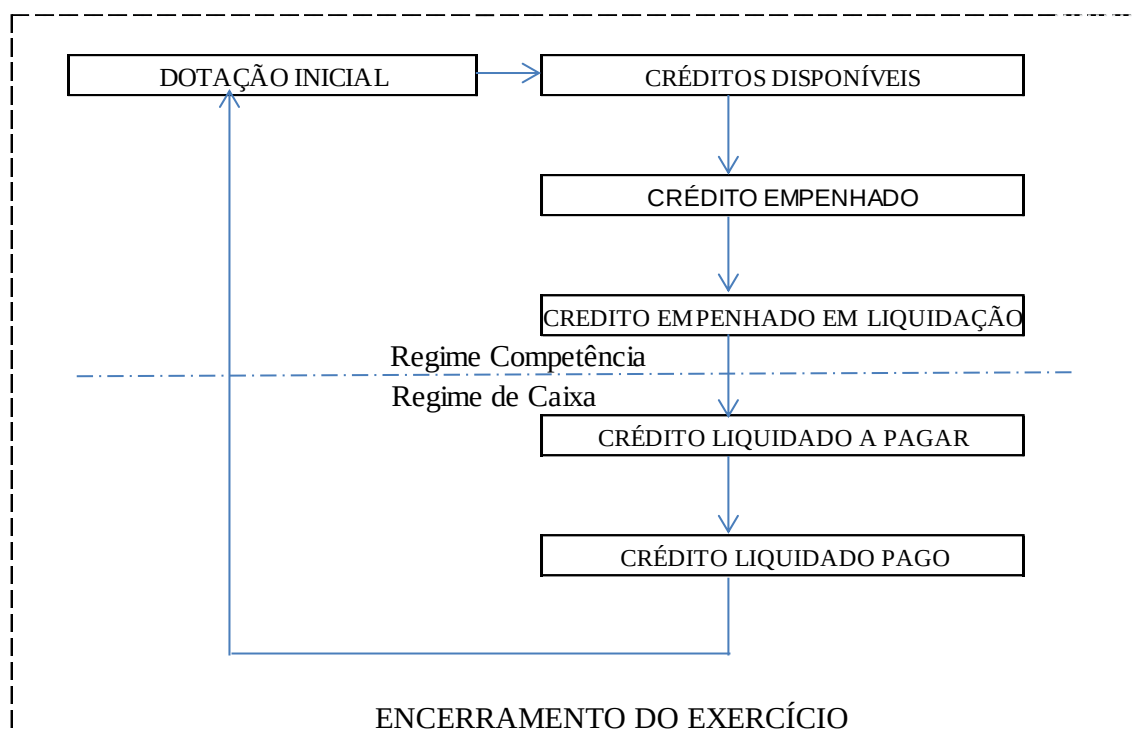
Empenho da Despesa Artigo 58	O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
Liquidação da Despesa Artigo 63	A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
Pagamento do empenho ou ordem de pagamento Artigo 64	A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga. Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

Fonte: ADAPTADO, Lei n.º 4320/64.

Antes de discutir os estágios da despesa, é importante esclarecer que com os procedimentos de convergências aos padrões internacionais e até para resolver questões técnicas que dizem respeito à contabilidade orçamentária e preservação do patrimônio público, foi criado mais um estágio entre empenho e liquidação da despesa denominado 'Crédito Empenhado em Liquidação'. De acordo com o MCASP (2013), “o uso do controle da modalidade crédito empenhado em liquidação, deve ocorrer em duas situações: a primeira refere-se aos casos em que ocorre o registro do passivo marcado com o atributo 'P' (permanente), antes da execução orçamentária. Dessa forma, em relação aos aspectos de natureza patrimonial, quando ocorrer à emissão do empenho do referido passivo, automaticamente, o passivo deverá ser marcado com o atributo 'F' (financeiro), indicando estar pronto para a movimentação financeira. Em relação à natureza orçamentária deverá ocorrer na emissão do empenho o lançamento de contrapartida crédito empenhado em liquidação” (p. 65).

Considerando a rotina de lançamentos contábeis vigente para a contabilidade aplicada ao setor público, na sequência será apresentada a figura demonstrando de como ocorrem os lançamentos com destaque ao *espaço-tempo* entre a rotina de lançamento onde ocorrem o regime de competência e o regime de caixa.

Figura 3 - Rotina de lançamentos contábeis da despesa



Fonte: Os autores (2021)

O fato é que em decorrência ou não das complexidades trazidas pelo tema, o Conselho Federal de Contabilidade em 2008, considerou que as transações econômico-financeiras são originadas de fato gerador que afetam o patrimônio público, em decorrência ou não da execução do orçamento, nestes casos, podendo provocar alterações tanto qualitativas ou quantitativas efetivas ou potenciais no patrimônio. Ficou claro com a padronização aos padrões internacionais que o regime contábil patrimonial passou a adotar o regime de competência.

Quanto ao sistema contábil orçamentário, particularmente às despesas, verifica-se conforme demonstrado na figura, dois momentos que descrevem bem a rotina contábil. O momento em que realiza a despesa com a emissão da nota empenho, o que para o Estado, segundo o artigo 58 da Lei n.º 4320/64, cria-se uma

“obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”, vez que precede a emissão da nota de empenho o processo licitatório e o contrato administrativo, fazendo aparecer o fato gerador configurando o regime de competência.

Segundo o artigo 62 da Lei n.º 4320/64, “o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação”. Este artigo deixa claro que a dívida só pode ser reconhecida como líquida e certa após a liquidação da despesa. A partir dela exige-se a obrigação de pagamento, desde que as cláusulas do contrato administrativo tenham sido cumpridas. Esse momento, conforme demonstrado na figura configura-se como regime de caixa.

Esse momento da passagem do ‘crédito empenhado’ para ‘liquidação do empenho’, podem ser reconhecidos no acompanhamento da execução orçamentária como regime de competência modificado: competência na emissão do empenho e de caixa na liquidação quando cria a obrigação de pagamento, supondo já ter havido uma programação do desembolso financeiro neste estágio.

Ainda, como consequência do processo que envolve essa rotina, quando busca-se melhor compreender a execução da programação financeira governamental, é importante aprofundar os conceitos e variáveis da contabilidade pública.

De acordo com a Lei n.º 4320/64, a despesa pública deve ser contabilizada sob o regime contábil de competência e passa por quatro estágios, conforme demonstrado na figura 6: Empenho, em liquidação, liquidação e pagamento. “[...] o empenho é o ato oficial que destaca um montante da dotação orçamentária para fazer frente a despesa específica. Quando o serviço ou o bem que deu origem a essa despesa já foi realizado e/ou entregue e reconhecido pelo ordenador da despesa, ocorre a liquidação e, por fim, quando há o desembolso efetivo do dinheiro, ocorre o estágio pagamento” (PASCOAL, 2004).

No entanto, quando observamos para a apuração do resultado primário brasileiro, verifica-se que o regime contábil utilizado na apuração da despesa é o regime de caixa. A despesa somente afeta o resultado primário quando é efetivamente paga, que é o estágio da despesa correspondente ao pagamento. Dessa forma, um bem ou serviço entregue ao governo em agosto de 2021, mas pago em janeiro de 2022, somente afeta o resultado primário em janeiro de 2022. Nesse caso, no final do

exercício financeiro de 2021, surge os restos a pagar, que correspondem às despesas realizadas em determinado ano e os seus pagamentos são postergados para o ano seguinte.

Existem dois tipos de restos a pagar: os processados e os não processados. Os primeiros correspondem as despesas que já foram liquidadas no exercício anterior, mas não foram pagas, no entanto, é necessário que exista uma programação financeira para efetuar os pagamentos dessas despesas para não provocar um desequilíbrio orçamentário e financeiro futuro. O segundo tipo de restos a pagar correspondem àquelas despesas que foram empenhadas, mas ainda não processadas, isto é, não chegaram a ser liquidadas.

Segundo Mota (2004), na contabilidade pública o termo liquidação de despesa representa o momento de sua apropriação, o que equivale ao reconhecimento da despesa em um regime contábil de competência. Desta feita, somente cabe mencionar postergação de despesas no caso dos restos a pagar processados, embora os restos a pagar não processados podem ser considerados como elementos de postergação, há vista a inscrição dos não processados implicar a assunção de obrigações em volume superior a capacidade de pagamento, acarretando comprometimento de receitas futuras.

O que se pretende demonstrar com essa contextualização que não há uma simetria entre receita e despesa quanto a estas situações. O princípio do equilíbrio está sempre em risco, haja vista a dificuldade em controlar os gastos públicos do governo federal, que precisou de ‘medida provisória’ para impor limites e/ou teto aos gastos públicos para conter o aumento do déficit fiscal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema a qual se propôs foi o de discutir como objeto deste estudo o regime contábil orçamentário que, mesmo com as convergências aos padrões internacionais e, em observância a legislação brasileira, continua obedecendo ao que determina o artigo 35 da Lei n.º 4320/64 que, de modo categórico o artigo diz: pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadada e as despesas nele legalmente empenhadas, conferindo para o sistema orçamentário o regime misto.

Desta feita, o que se propôs neste estudo foi efetuar um levantamento teórico para entender qual o limite entre receitas arrecadada e recolhimento e, despesas empenhadas e despesas pagas, e como visualizar por meio das demonstrações (figuras) quando o regime é de competência ou de caixa sob o ponto de vista prático.

Algumas conclusões podem ser estabelecidas com as demonstrações e argumentos que foram propostos, entendendo que os operadores da contabilidade e aqueles que manuseiam o orçamento, principalmente para a contabilização da receita, tem como conceito os princípios dos estágios das receitas: previsão, individualização, arrecadação e recolhimento.

A arrecadação e recolhimento ficou entendido pelos legisladores que ocorrem simultaneamente. Verificando o que afirma Feijó et al. (2015), “o recolhimento caracteriza pela entrega do produto de arrecadação pelos agentes arrecadadores ao caixa do tesouro. Só por meio do recolhimento em conta específica, os recursos estarão disponíveis para a utilização pelos gestores financeiros” (p. 162). Observa na afirmação do autor que o termo arrecadação e recolhimento são distintos. Se considerar que não existe uma simultaneidade desses dois estágios, poder-se-á considerar um regime de caixa modificado, uma vez que está clara a observação de que trata-se de situações distintas.

Mesmo reconhecendo que existe poucos estudos em relação ao tema, no sentido de cristalizar o assunto com outros contrapontos, a pergunta que se propôs a responder é: se o regime é de caixa ou caixa modificado quanto a contabilização da receita? Observando a exposição teórica e nas demonstrações da cronologia dos estágios da receita, sob o ponto vista prático poder-se-á considerar o regime de modificado de caixa.

Particularmente às despesas, verifica-se conforme já foi demonstrado (figura), dois momentos importantes que descrevem a rotina contábil. Quando se realiza a despesa com a emissão da nota de empenho que, segundo o artigo 58 da Lei n.º 4320/64 “cria-se para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. Essa condição é estabelecida em razão de preceder a nota de empenho o processo licitatório e o contrato administrativo, que já estabelece o fator gerador configurando o regime de competência. Por outro lado, o artigo 62 da Lei

n.º 4320/64, esclarece que “o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação”, ou seja, a partir da liquidação exige-se o pagamento. O momento do pagamento configura-se como regime de caixa. No momento dessa passagem de crédito empenhado para crédito empenhado e liquidado, reconhecidos no acompanhamento da execução orçamentária pode ser considerado como regime de competência modificado, uma vez que na liquidação já foi acionada a programação do desembolso financeiro.

É importante mencionar, como já comentado neste estudo, que este tema é objeto de discussão iniciados em outros países e já houve avanços com várias experiências com implantação do orçamento com o regime competência. No Brasil, o regime de competência foi adotado para o sistema patrimonial, já o tema sistema contábil orçamentário por competência ainda não mereceu atenção. Pesquisas mostram a preocupação com o tema, e identifica mesmo de forma incipiente trabalho de Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010), tratando da utilização do regime de competência para o sistema orçamentário.

Esta situação não se encerra considerando ser um privilégio da legislação brasileira, conforme citado neste estudo por Feijó et al. (2015, p. 56), “o governo norte americano utiliza a base de competência modificada, reconhece algumas transações pelo regime de competência e outras pelo regime de caixa, abarcando especificidades inerentes à atividade governamental. Isto é, os ingressos são reconhecidos segundo critérios de caixa, quando não são suscetíveis de reconhecimento por competência”.

Desta feita, entendemos tratar de um assunto de relevância aprofundar a discussão sobre o regime contábil orçamentário, considerando que as alterações em relação às receitas contribuem para o equilíbrio orçamentário, com cronogramas de desembolso mais assertivos, enquanto que as despesas com restos a pagar não processados precisam ser estudados com definição de regras, de modo a não interferir em receitas futuras do exercício seguinte provocando o desequilíbrio financeiro e orçamentário.

Não restam dúvidas que se trata de tema complexo que precisa ser aprofundado, mas, por outro lado, é necessário observar a legislação brasileira por ser um tema extremamente delicado para os nossos *modus operandi*. Por isso, fica aqui a expectativa para o interesse sobre o tema e novos estudos sejam iniciados com

o propósito de melhorar a compreensão do sistema contábil orçamentário e reforçar os trabalhos desempenhados pelos controles internos.

REFERÊNCIAS

ALGEMENE REKENKAMER. 2003. *Accrual budgeting and accounting in central government – budgets and accounts in balance*. Haia. *And its relevance for developing member countries*. Manila: Asian Development. Bank.

BRASIL, Constituição Federativa de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. **A Metodologia científica**. São Paulo, SP: Prentice Hall, 2002.

BRASIL. Ministério da Fazenda Secretaria do Tesouro Nacional.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. – 5. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2013. 795p.: il.; 28cm.

FEIJÓ, P. Henrique; JORGE. P. Carvalho; RIBEIRO, C. Eduardo. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público**. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2015. 624 p.: il.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial**: planejamento e controle gerencial. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2000.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15. ed. ampliada, revista e atualizada – São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. GAO, U.S. (2007). *Budget issues – accrual budgeting useful in certain áreas but does not provide suficiente information for reportin on our nation’s longer-term fiscal challenge*. Whashington.

GOVERNAMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. GAO. U.S. (2000). *Accrual budgeting – experiences of other nations and implications for the United States*. Washington.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de Responsabilidade Fiscal: guia de orientação para as prefeituras**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000.

MACHADO Jr., REIS, Heraldo Costa da. A lei 4320/64 comentada. 31 ed. rev. Atual. Rio de Janeiro, IBAM, 2002/2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. Atlas, São Paulo, 2003.

MOTA, F. G. L. Contabilidade aplicada à administração pública. Brasília: Editora Vestcon, 6ª ed., 2004.

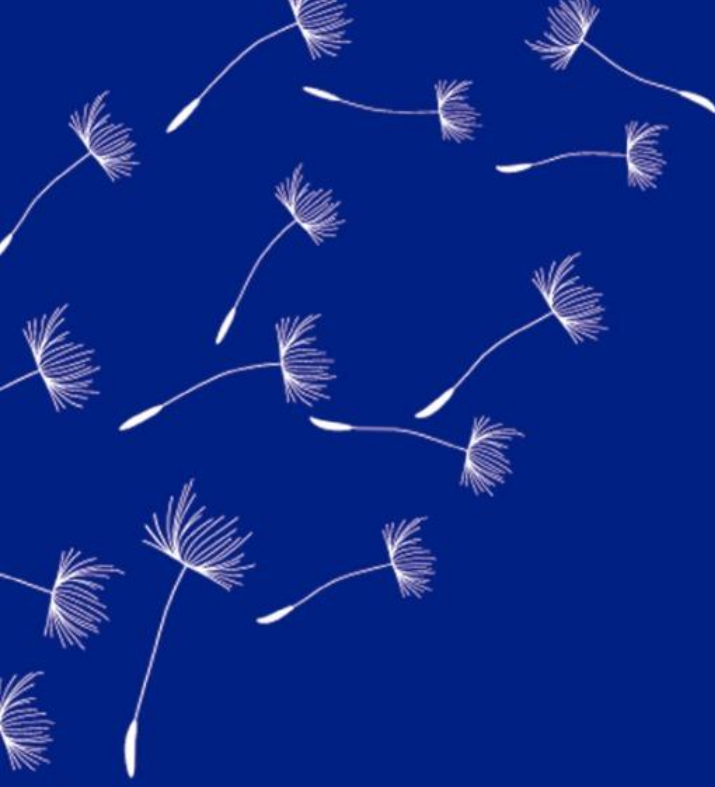
MOURA, Renilda de Almeida. **Princípios Contábeis Aplicados à Contabilidade Governamental**: uma abordagem comparativa Brasil-Estados Unidos. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -Universidade de Brasília, Brasília 2003.

PASCOAL, V. F. **Direito financeiro e controle externo**. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 4ª ed., 2004.

Receitas públicas: manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. – 3. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2006. 231 p.

REZENDE, F., Cunha, A., & Bevilacqua, R. (2010). **Informações de custos e qualidade do gasto público**: lições da experiência internacional. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 44 (4), 959-992.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública**: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2001.



CENTRO
UNIVERSITÁRIO

CAMPO REAL

EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

